

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em  
Viamão (1776 – 1784)

Ian Meneghel Danilevicz

Porto Alegre, dezembro de 2009

Ian Meneghel Danilevicz

Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão  
(1776 – 1784)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Professora Doutora Helen Osório

Porto Alegre, dezembro de 2009

Ian Meneghel Danilevicz

Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão  
(1776 – 1784)

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Osório (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Fábio Kühn  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Eduardo Neumann  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Agradecimentos

Alguns tem a sorte de receber muito mais do que é possível retribuir, meus sinceros agradecimentos a tantos que me presentearam com moedas muito mais valiosas do que imaginam. Não posso agradecer a todos que me são tão caros, mas escolho mencionar os que estiveram mais diretamente relacionados ao TCC.

Agradeço aos professores Eduardo e Fábio que aceitaram compor a banca. Posso dizer que foram o prazeroso diálogo em sala de aula e em minha primeira experiência de SIC que me fez escolhê-los para me avaliar e criticar.

A professora Helen fez incontáveis correções e sugestões a este trabalho, pelas quais a agradeço. Também preciso dizer que a oportunidade de pesquisar com ela e com o Luciano foi estimulante, visto o ambiente de discussões, leituras e pesquisa, no qual ela sempre nos concedeu autonomia para pensar, fazer e decidir.

Varias das inquietações que busquei investigar surgiram de discussões com o meu colega e grande parceiro Luciano, ao qual agradeço a mais de um ano de convivência repartindo questões.

À Stela e ao Nelson, meus pais, pelo exemplo de pesquisadores que se reciclaram e trocaram de áreas de atuação tantas vezes, mas que sempre se mantiveram pessoas zelosas da responsabilidade social que têm ao investigar pessoas.

Ao meu amigo Márcio, com quem tanto conversei nestes anos e que me estimulou muitíssimo ao me dizer que não lhe parecia de menor importância a desventura de escravos de lavradores de uma freguesia longínqua.

Dois amigos como a Glória e o Thomas não são nada comuns. Com eles passei um par de tardes discutindo matemática para fazer um único cálculo estatístico. Sem eles não teria conseguido nem executar, nem perceber a riqueza teórica da curva de Lorenz.

Agradeço também à Krishna, pela sugestão de táticas divertidas e eficientes, à Daniela, pela troca de livros, ao Frederico, pelos textos únicos que me deu, ao Maurício pelo jeito tapuia de ser e ao professor Heitor pelas palavras de incentivo e textos base para começar a estudar demografia.

Finalmente agradeço à pequena confraria de amigos que se dedicam à história da escravidão e liberdade neste sul do Brasil como a Larissa, Raquel, Roberta, Felipe e Jônatas.

## Resumo

Nesta pesquisa discutem-se estrutura demográfica e de posse de escravos em Viamão na segunda metade do século XVIII. No tocante à demografia, analisou-se o crescimento natural da população livre e a pequena emigração ocorrida na freguesia. Entre os indicadores sociais e de saúde destacou-se o Swaroop-Uemura, que mostrou uma significativa diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres e entre livres e escravos. Em relação ao padrão de posse de cativos, analisaram-se os produtores rurais e sua dependência de mão-de-obra escrava. Concluiu-se que Viamão estava inserido na lógica do sistema escravista lusitano nas Américas.

### **Palavras-chave:**

Demografia, escravidão, estrutura de posse de escravos, Viamão, indicador Swaroop-Uemura, camponês.

## Abstract

This research discusses demography and slave ownership structure in Viamão of the second middle eighteenth century. About demography, it was analyzed the free population vegetative increase and the *freguesia's* small emigration. Swaroop-Uemura was selected from social and health indicators, as a potent rate. It showed an expressive difference between men and women and freemen and slaveries. About the slave ownership pattern, it studies the farmers and their dependency of slave labor. The main conclusion is that Viamão was aligned in the logic of Portuguese American slavery system.

### **Key words:**

Demography, slavery, structure of slave ownership, Viamão, Swaroop-Uemura rate, peasant.

## Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: Aspectos demográficos de livres e cativos de Viamão.....	12
1.1 Tamanho da população.....	12
1.2 Pirâmide etária.....	16
1.3 Migração.....	22
1.4 Natalidade.....	24
1.5 Mortalidade.....	26
Capítulo 2: Padrão de posse de escravos.....	33
2.1 Características econômicas e distribuição da posse de escravos na freguesia...33	
2.2 Lavradores e criadores: acesso à mão-de-obra.....	38
Considerações finais.....	44
Fontes.....	47
Bibliografia.....	47

## Lista de quadros

Quadro 1: Evolução demográfica (Viamão – 1746 a 1811) .....	23
Quadro 2: Evolução demográfica (Viamão – 1776 a 1782).....	23
Quadro 3: Taxa de Natalidade (TN), Viamão: 1776 a 1782.....	25
Quadro 4: Taxa de Mortalidade (TM), Viamão: 1776 a 1782.....	27
Quadro 5: Mortalidade proporcional segundo condição jurídica (Viamão – 1776 a 1782). .....	30
Quadro 6: Indicador Swaroop-Uemura (Viamão – 1776 a 1782).....	30
Quadro 7: Indicador Swaroop-Uemura diferenciado por gênero (Viamão – 1776 a 1782) .....	31
Quadro 8: Escravismo: abrangência, média, distribuição (Viamão – 1776 a 1782) .....	35
Quadro 9: Distribuição da propriedade de escravos em Viamão e na Bahia.....	37
Quadro 10: Ocupação dos possuidores de terras (Viamão – 1784).....	40
Quadro 11: Composição dos fogos conforme a ocupação (Viamão – 1780 a 1782).....	41
Quadro 12: Presença (%) de filhos, escravos e agregados nos fogos conforme a ocupação (Viamão – 1780 a 1782).....	42

## Lista de gráficos

Gráfico 1: Série histórica da população de Viamão (1776 a 1782).....	14
Gráfico 2: Termos de fechamento dos róis (1776 a 1782).....	15
Gráfico 3: Projeção da população total (livre e escrava) de Viamão a partir da taxa de crescimento anual e do termo de fechamento do rol de 1778.....	16
Gráfico 4: Pirâmide etária da população total (H/M), estratos de 5 anos – Viamão 1781.....	18
Gráfico 5: Pirâmide etária da população total (H/M), estratos de 10 anos – Viamão 1781.....	19
Gráfico 6: Pirâmide etária da população livre (H/M) – Viamão 1781.....	20
Gráfico 7: Pirâmide etária da população cativa (H/M) – Viamão 1781.....	21
Gráfico 8: Sazonalidade dos óbitos por mês (Viamão – 1776 a 1782).....	28
Gráfico 9: Curva de Lorenz (concentração de escravos entre escravistas).....	36

## Introdução

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) possui dois objetos: o estudo de aspectos demográficos tradicionais da população e o padrão de posse de cativos. Essas duas questões centrais foram trabalhadas como dois eixos de discussão, não sendo diretamente associados, pois supor que o padrão de posse de cativos é determinado ou determina a estrutura demográfica de um local pode empobrecer a discussão. Esta posição parece ser a mais adequada ao menos nos momentos iniciais da exploração de um tema.

Demografia e padrão de posse são duas esferas que estruturaram a sociedade colonial brasileira e por esse motivo são aqui investigadas. Numa região escravista, a reprodução social e a econômica dependem da organização de livres e cativos, da distribuição dos últimos entre as posses dos primeiros. Por posse entende-se um grupo de escravos pertencente a um mesmo proprietário, bem como as características referentes a esse grupo, tais como número total de indivíduos, razão de masculinidade (RM) e faixa etária, entre outras variáveis.

Refletindo sobre os 40 anos da demografia histórica no país, Bacellar, Scott e Bassanezi escreveram um pequeno artigo de balanço.<sup>1</sup> Trata-se de uma provocação aos pesquisadores perante o número reduzido de estudos que abordam “as variáveis demográficas clássicas – natalidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade – e a relação entre elas e delas com os contextos socioeconômico e cultural”<sup>2</sup>. Em contrapartida, muitos foram os trabalhos que partiram de estudos demográficos para enriquecer análises de temáticas específicas da história social.

Em outro texto de balanço historiográfico da demografia, Nadalin reforça a provocação argumentando que, embora muitos se declarem “historiadores demógrafos”, na realidade, trabalham com temas próximos da demografia, mas para fins de outras áreas como a história antropológica ou cultural. O autor argumenta que o grande número de lacunas espaciais e temporais na história da população brasileira é causado pela carência de estudos demográficos propriamente ditos de grande abrangência. A maioria dos estudos privilegia recortes pontuais para analisar um tema de interesse do

---

1 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. São Paulo, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v.22 n.2 jul./dez. 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>> Acessado em 1 de julho de 2008, 23h.

<sup>2</sup> Idem, página 341.



autor em detrimento dos conhecimentos populacionais gerais. A estrutura de posse de escravos, tema caro ao Instituto de Pesquisas Econômicas da USP é um desses exemplos de temática que se apóia em estudos demográficos sem ser uma área do estudo populacional propriamente dita.<sup>3</sup>

Essas críticas, no entanto, não diminuem a importância que tiveram os muitos trabalhos que se apoiaram na demografia e, mesmo não se centrando nas “variáveis clássicas”, inovaram na compreensão das relações sociais do Brasil. Motta argumenta que a sociedade e a economia brasileiras no passado foram redescobertas, muito mais complexas e diferentes do que se supunha, graças aos estudos que somaram aos seus temas específicos a análise demográfica.<sup>4</sup>

O estudo de estrutura de posse de cativos empreendido por Luna suscitou um debate sobre algumas das questões defendidas por Prado Junior (que no seu tempo representou um enorme ganho para as ciências sociais, pois atribuiu um sentido aos diversos *ciclos da colonização brasileira*). Entretanto, esse autor acreditava que o sistema lusitano de exploração da Colônia estava concentrado entre poucas mãos. Tanto a produção açucareira quanto a mineração seriam atividades desenvolvidas por grandes proprietários de escravos.<sup>5</sup> Luna não desconsidera a exploração exercida pela Metrópole sobre a Colônia, porém defende a importância dos pequenos e médios proprietários de escravos, ao menos, para as localidades de Minas Gerais por ele estudadas, em que o número médio de escravos por proprietário nunca ultrapassou 6,5.<sup>6</sup>

A proposta deste trabalho é realizar uma análise demográfica da população de Viamão e da estrutura de posse de escravos. O recorte espaço-temporal é a freguesia de Viamão no final do século XVIII, mais especificamente entre 1776 e 1784. Esses anos representam o início de uma série de sete anos de *Róis de confessados* ininterrupta e o ano do único censo agrário do período, respectivamente. Complementam essas fontes, os registros paroquiais de batismos e óbitos selecionados dentro do mesmo período.

---

<sup>3</sup> NADALIN, Sergio Odilon. “A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate.” **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol14\\_n1e2\\_1997/vol14\\_n1e2\\_1997\\_8dossiedemoghist\\_145\\_149.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol14_n1e2_1997/vol14_n1e2_1997_8dossiedemoghist_145_149.pdf)> Acessado em 23 de junho de 2009, 16h.

<sup>4</sup> MOTTA, José Flávio. **A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia**. [1995, pp36], p29-30. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/r12/motta.doc](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/motta.doc)> Acessado em 24 de junho 2009, 20h.

<sup>5</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004, p20, 143 e 123.

<sup>6</sup> LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718 – 1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 127.

O ano de 1776 representa a reconquista do porto de Rio Grande pelos lusitanos, instaurando uma nova conjuntura social na capitania de São Pedro. Um pouco antes, 1773, o aparato administrativo da Câmara regional é transferida de Viamão para Porto Alegre. É do interesse desta pesquisa compreender essa reorganização da sociedade viamonense, não sendo portanto, o recorte temporal uma simples questão de fontes.

O trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro se discutem alguns aspectos demográficos da população de Viamão diferenciada entre livres e cativos. A tese de Fábio Kühn é muito importante neste estudo mais específico, pois discute as fontes utilizadas nesta pesquisa, critica a produção bibliográfica anterior, traça um quadro geral do desenvolvimento demográfico da localidade durante todo o século XVIII.

A tese de livre docência de Maria Luiza Marcílio e o livro de introdução à demografia coordenado por José Carvalho foram fundamentais para compreender e calcular as medidas básicas da demografia. Os trabalhos de Maria Beatriz Nizza da Silva foram importantes para matizar as diferenças entre padrões sociais de idade adulta e velhice para o período colonial. No respectivo à mortalidade e indicadores da qualidade de vida da população, o manual de Oswaldo Paulo Forattini foi indispensável, pois apresenta os principais indicadores e os discute.

As fontes usadas para empreender esta investigação demográfica são de origem eclesiástica. Para estipular o tamanho da população e a variação temporal desta foram tratados diversos anos de *Róis de confessados* (um arrolamento geral da população maior de sete anos). Foram utilizados os registros de óbitos e batismos para estimar o número bruto de mortes e de nascimentos, respectivamente.

O segundo capítulo aborda a estrutura de posse de escravos. Primeiramente o padrão de posse de escravos da localidade e, posteriormente, o padrão dos principais sujeitos voltados às atividades rurais da freguesia. Dessa forma, a discussão presente no primeiro sub-capítulo refere-se à inserção de Viamão na Colônia. Por esse motivo, comparou-se as características econômicas e de padrão de posse com outras regiões. Os trabalhos de Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa, Stuart Schwartz e José Flávio Motta foram centrais nessa discussão.

A seguir, discutiram-se as posses dos chefes de fogo da freguesia discriminados conforme a atividade produtiva. A tese de Helen Osório foi o ponto de partida, pois essa autora discutiu e comparou com a planície bonairense a relação entre lavradores e criadores de gado na capitania de São Pedro. A aproximação entre lavrador e camponês

será rediscutida para o caso de Viamão, sendo os trabalhos de Ciro Cardoso, Márcia Motta e Hebe Mattos os principais aportes teóricos.

Nessa segunda etapa do trabalho as fontes trabalhadas foram a *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente* (um arrolamento de produtores agrários) e um conjunto de *Róis de confessados*, novamente. A estratégia de combinar essas duas fontes permitiu identificar nominalmente cada produtor rural, os arranjos domiciliares aos quais eles estavam inseridos e a posse de escravos.

Finalmente, é importante deixar claro que este trabalho é, antes de mais nada, um exercício na área de demografia e padrão de posse de escravos. Além do recorte temporal demasiado restrito para construir conclusões mais consistentes, essa é a primeira experiência do autor no campo, não havendo nenhuma pretensão maior do que o aprendizado e a partilha dos resultados com os colegas.

## **Capítulo 1: Aspectos demográficos de livres e cativos de Viamão**

A estrutura demográfica de uma população é determinada por muitos aspectos desde escolhas e projetos individuais até questões relacionadas aos recursos e deficiências do meio-ambiente. As hierarquias socioeconômicas também são um fator fundamental na estruturação demográfica de uma região.

Caio Prado Junior foi sensível às hierarquias socioeconômicas da sociedade brasileira desde os tempos da Colônia. Para o autor, se o sentido da colonização está no enriquecimento da Metrópole, esse sistema se mantém em decorrência da exploração dos escravos. Mesmo que o modelo defendido por Prado tenha sido criticado por Fragoso no tocante ao locus da acumulação de capital, a contradição social entre livres e escravos ainda é uma questão central da História Social. Também seria possível analisar como uma terceira categoria a população liberta, porém esta é no XVIII viamonense quantitativamente pouco significativa, não tendo por esse motivo muito espaço nesta pesquisa.

O crescimento demográfico de uma população é sempre resultante da diferença entre a entrada e saída de indivíduos da população inicial, ou seja, entre os indivíduos que chegam (por nascimento ou imigração) e os que saem (por morte ou emigração). Esses vetores se refletem na pirâmide etária, porém para poder distinguir um do outro é preciso tratá-los separadamente, assim como se separa a população entre livres e cativos, pois constituem grupos sociais com dinâmicas demográficas diferenciadas.

### **1.1 Tamanho da população**

O tamanho de qualquer população americana no período colonial não é um fato dado, mas é obtido através de estimativas. Embora se considere que as contagens de populações são tão antigas quantos os primeiros Estados, o conceito atual de censo (enumeração de todos os indivíduos de uma região) difere do praticado no período colonial.<sup>7</sup>

Maria Luiza Marcílio periodiza as fontes de natureza demográfica para a História do Brasil em três fases. A primeira, que se estende do início da colonização portuguesa até meados do XVIII é a fase pré-estatística, na qual vigorou uma quase absoluta inexistência de levantamentos e registros populacionais. A segunda fase é a

---

<sup>7</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p. 29-31.

proto-estatística, na qual existem muitos levantamentos seriais e pontuais de qualidade e abrangência variadas, resultando em uma disparidade entre regiões. A terceira fase, que começou com o primeiro censo nacional de 1872 e continua até o tempo presente, chamada de Era Estatística é na qual se estabelecem censos periódicos e sistemáticos realizados por órgãos governamentais.<sup>8</sup>

O período aqui trabalhado se insere no que a autora definiu como fase proto-estatística, sendo a região em estudo bem menos privilegiada no referente às fontes do que a estudada pela autora. As *Listas Nominativas* da capitania paulista possuíam uma maior descrição qualitativa das suas unidades de registro do que os *Róis de Confessados*, além de terem sido as primeiras melhor conservadas do que os últimos.

O Rol de Confessados é uma fonte de origem eclesiástica que prima pela contagem da população cristã de todas as localidades do Império português. Esse arrolamento eclesiástico foi definido pelas Ordenações Primeiras do Arcebispado da Bahia, que estabeleceu como encargo da autoridade religiosa de cada freguesia a elaboração dos róis. Os párocos deveriam, anualmente no período da quaresma, ouvir as confissões, comungar e listar os fiéis<sup>9</sup>. Como no período, todo súdito do Império deveria ser fiel à Igreja, a abrangência dessa fonte é, idealmente, toda a população<sup>10</sup>, inclusive os escravizados. Além disso, a distribuição dos indivíduos nessa fonte segue uma sistematização por domicílio<sup>11</sup>, que permite entrever um pouco dos arranjos familiares.

Essa fonte foi transcrita em um projeto coordenado pelo professor Fábio Kühn (UFRGS) e disponibilizada pela arquivista Vanessa Campos (AHCMPA), e a partir dessa transcrição a professora Helen Osório (UFRGS) propôs um projeto de sistematizar as informações em um banco de dados (BD). Uma das diretrizes do preenchimento do banco de dados foi não incluir os domicílios totalmente ou quase totalmente perdidos, ou seja, cujas informações estavam corroídas, pois distorceria os padrões originais dos domicílios. Em outras palavras, optou-se por trabalhar-se com dados mais qualificados e menos abrangentes do com dados menos qualificados e mais abrangentes.

---

<sup>8</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. cit.*, p. 31-33.

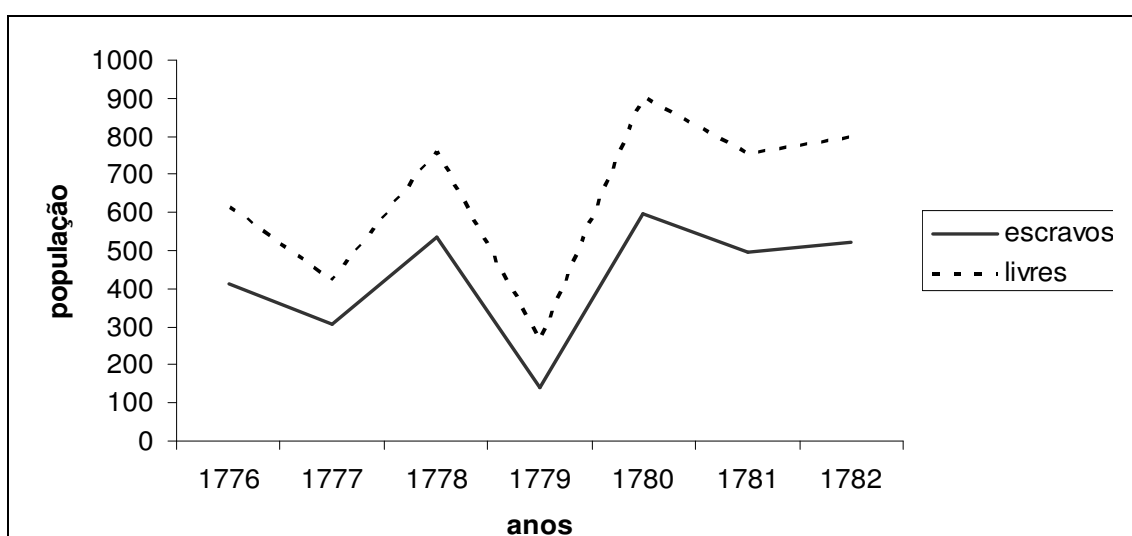
<sup>9</sup> SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia*. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. Rio de Janeiro: 2008 (Dissertação de mestrado –PPGHIS/UFRJ), p. 44.

<sup>10</sup> Sobre os limites e sub-registros dessa fonte é pertinente o argumento de SIRTORI, Bruna. *Op. cit.*, p. 24 e 42.

<sup>11</sup> Domicílios ou **fogos**, nos termos da época, que metaforicamente remetem ao fogo, no qual as pessoas se reúnem para cozinhar.

A análise demográfica não pode deixar de discutir as oscilações da população, sendo uma questão seminal o crescimento vegetativo, que é a diferença entre as taxas de natalidade (TN) e mortalidade (TM). Entretanto, é imprescindível possuir o conhecimento da população total para estabelecer essas duas taxas. Por esse motivo, foi estimado o tamanho da população viamonense ao longo do período entre 1776 e 1782 a partir dos Róis de Confessados. No gráfico 1, podem-se observar as séries que representam o número total de indivíduos escravos e livres presentes nos róis de confessados sistematizados no BD.

**Gráfico 1: Série histórica da população de Viamão (1776-1782)**



Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776 a 1782.

A partir do gráfico 1 é possível notar duas questões. Primeiro, mantém-se uma proporcionalidade ao longo dos sete anos estudados entre a população escrava e a livre, o que indica que os dados podem ser usados para comparar essas categorias e para investigar os tipos de arranjos domiciliares. Segundo, há uma oscilação do total da população muito alta, esta não corresponde a um fenômeno real, mas ao fato de haver muita informação perdida, especialmente nos anos de 1777 e 1779.

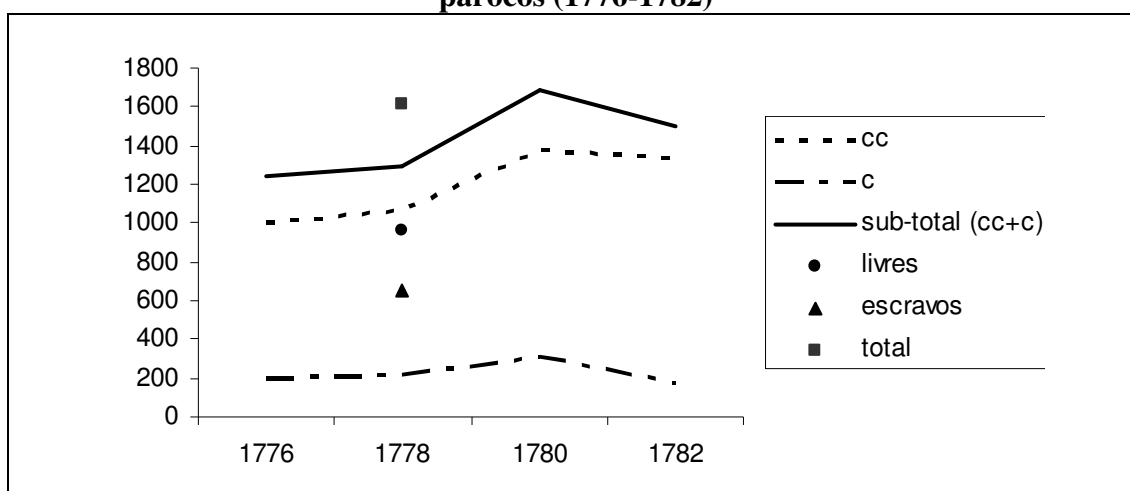
No final de cada arrolamento, o pároco responsável pela tarefa de ouvir e registrar as confissões escrevia o total de pessoas que confessaram e comungaram naquele ano. Como nem todos os róis estão completos, nem todos têm esse termo de fechamento. Os róis dos anos de 1777, 1779, 1781 não têm a última página, portanto desconhece-se os totais de fiéis arrolados pelos párocos.

O fato de os anos pares terem a última folha preservada é um indicador indireto de que eles estão melhor preservados no todo. Outro indicador dessa hipótese é que

todos os anos ímpares representam *depressões* no gráfico 1, assim como todos os anos pares representam *picos*.

O gráfico 2 apresenta todas as informações contidas nos termos de encerramento dos quatro róis. O número de indivíduos que confessaram e comungaram (CC), o número de indivíduos que apenas confessou (C) e a soma dessas duas categorias (sub-total) estão entre as informações que estão presentes nos quatro róis. O arrolamento de 1778 ainda contém outras informações de caráter geral, como a quantidade de inocentes, que nos outros róis não aparece, e a população total dividida entre livres (957) e escravos (665), incluindo os inocentes.

**Gráfico 2: Dados contidos nos termos de fechamento dos róis informados pelos párocos (1776-1782)**



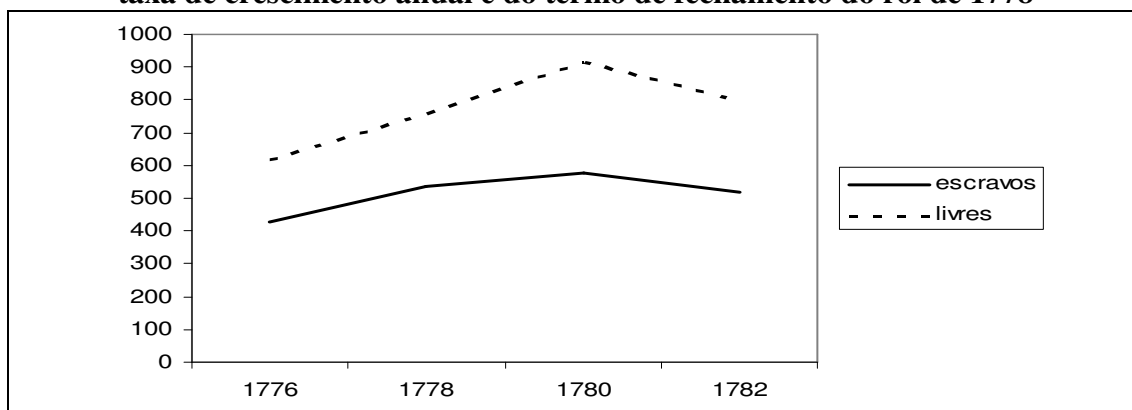
Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão 1776, 1778, 1780 e 1782.

A configuração do total de indivíduos que confessaram e comungaram presente no gráfico 2 é bem mais realista, na qual descreve-se um crescimento contínuo na maior parte do período e um leve decréscimo populacional no último ano. Entretanto, apenas no ano de 1778 tem-se uma estimativa completa da população, em que o número de livres e escravos inclui os inocentes.

Deixaram-se as informações dos termos de fechamento por um momento para trabalhar com os indivíduos computados no BD. Desconsideraram-se os anos ímpares e apenas com os anos pares fez-se uma projeção da evolução populacional dos livres e dos cativos. Centrou-se o ponto de origem no ano de 1778 e projetaram-se as taxas de crescimento anual dos dois grupos separadamente. Criaram-se duas curvas para a segmentada sociedade viamonense que apresentam tendência similar e que são coerentes com a indicação dos párocos: início crescente e final levemente decrescente.

Por fim, foram substituídos os valores referentes ao número de livres (758) e escravos (598) de 1778, pelos valores indicados no termo de fechamento, que inclui os inocentes e é, por esse motivo, mais próximo ao total.

**Gráfico 3: Projeção da população total (livre e escrava) de Viamão a partir da taxa de crescimento anual e do termo de fechamento do rol de 1778**



Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776, 1778, 1780 e 1782.

A curva descrita no gráfico 3 não diverge do modelo observado no gráfico 2. Essa tendência semelhante em ambos os gráficos de crescimento positivo seguido de leve declínio, comprova que a tendência neles exposta é próxima a realidade.

A população viamonense alterou-se no tempo observado, porém a razão entre livres e escravos se manteve relativamente idêntica. Os escravos estiveram sempre entre 39% e 41% da população total como mostrado no gráfico 3.

Levanta-se a hipótese de que o decréscimo de 1780 para 1782 deveu-se à emigração de parte da população. Uma emigração de fogos, ou seja, de famílias inteiras com seus escravos, pois a diminuição observada na população livre também é acompanhada pela cativa e pelo número de fogos, que eram 258 em 1780 e ficaram 225 em 1782.

## 1.2 Pirâmide etária

Em demografia, uma forma clássica de expor os dados acerca de uma população é por meio da representação chamada de pirâmide etária. Os quatro pontos que compõe a análise demográfica (imigração, migração, natalidade e mortalidade) interferem na distribuição dos valores da pirâmide. Por esse motivo, a pirâmide não é apenas uma forma de expor visualmente os resultados, como pode ampliar as informações demográficas quando se conhecem, ao menos parcialmente, os quatro fenômenos citados.



A pirâmide expressa a distribuição etária da população sexualmente dividida. Tratando-se de uma investigação do passado colonial em uma localidade indiscutivelmente escravista, pois 40% da população era cativa, é válido fazer mais uma repartição entre livres e escravos.

Seguindo a historiografia, seria pertinente radicalizar o corte e propor que em uma sociedade tripartida (livres, libertos e escravos) dever-se-ia elaborar três pirâmides etárias, pois devem ter cada uma dessas populações suas próprias dinâmicas. Os libertos, embora formalmente livres, estavam próximos ao passado cativo e aos laços que criaram e que muitas vezes mantinham com os camaradas. Entretanto, por serem muito poucos (1,9% da população), e menos ainda os que tinham a idade declarada, não foi possível construir uma pirâmide etária exclusiva dos libertos. Optou-se, então, em colocá-los junto com os livres. De qualquer modo, seu pequeno número pouco alterou a tendência da pirâmide formada apenas pelos livres.

O número de libertos é bastante reduzido, não só pela situação social de Viamão, mas também pelos critérios usados no preenchimento do BD. A *cor*, assim como a condição jurídica dos indivíduos não é estática, seja o motivo a falta de critérios dos contemporâneos, como propõe Bacellar, ou pelo fato de os critérios serem balizados pelas relações sociais, como sugere Guedes.<sup>12</sup> Escolheu-se não recuperar esse tipo de informação com os dados de outros anos, sub-estimando a população *forra*, cuja indicação desse *status* foi perdido por deterioração da fonte.

A fonte usada para a construção das pirâmides foi o rol de confessados de Viamão de 1781, visto que é o único, dentro do período estudado, que declara idade dos indivíduos. Outra ressalva que deve se feita é de que o número de pessoas cuja idade foi contabilizada é uma amostra (58,4% dos escravos e 59,5% dos livres), pois o registro das mesmas estava na documentação original junto à margem do papel, que são as primeiras a serem corroídas pela ação do tempo.

A justificativa do tamanho do estrato de cada faixa etária não pode ser compreendida antes de uma breve discussão acerca do já debatido na bibliografia sobre o tema da idade no Antigo Regime. Primeiramente, sobre a coleta de dados em censos contemporâneos, recomenda-se ao entrevistador que não pergunte a idade, e sim a data

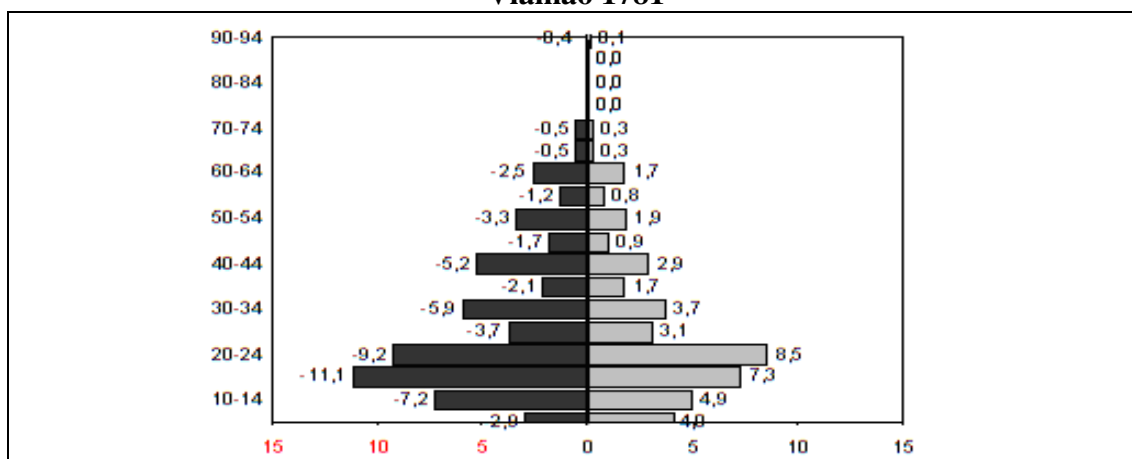
---

<sup>12</sup> GUEDES, Roberto. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)” in FRAGOSO, Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (organizadores). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 349.

de nascimento dos entrevistados, pois essa última forma de questionar gera uma resposta mais precisa. Entre os mais velhos é comum aumentar a idade pelo orgulho da longevidade, assim como arredondar a idade em números pares é freqüente, sendo a grandeza terminada em zero a mais freqüente.<sup>13</sup>

Em artigo discutindo essa questão, Nozoe e Costa consideram que esse fenômeno é comum na elaboração dos róis de confessados ou listas nominativas pelos párocos ou outras autoridades locais.<sup>14</sup> Outro fenômeno observado pelos pesquisadores é a prática de atualização anual das listas sem a visita a campo pelos eclesiásticos, apenas acrescentando os recém chegados.<sup>15</sup> Os autores concluem que a coleta original de dados apenas depois de vários anos de atualizações não altera radicalmente os resultados, até por razão de sempre ser a idade no Antigo Regime apenas uma referência.<sup>16</sup> Dessa forma, usar estratos de 5 ou de 10 anos implicam em representações gráficas diferentes.

**Gráfico 4: Pirâmide etária da população total (H/M), estratos de 5 anos – Viamão 1781**



Fonte: AHCMPA, Rol de Confessados de Viamão – 1781.

Observa-se no gráfico 4 que há 2,5% dos homens com idades entre 60 e 64 anos contra apenas 1,2% com idades entre 55 e 59; 3,3% entre 50-54 contra apenas 1,7% entre 45-49; 5,2% entre 40-44 contra apenas 2,1% entre 35-39 e 5,9% entre 30-34 contra apenas 3,7 entre 25-29. O mesmo fenômeno ocorre com as mulheres. Não sendo

<sup>13</sup> LAURENTI, Ruy, MELLO JORGE, Maria Helena Prado de, LEBRÃO, Maria Lúcia, GOTLIEB, Sabina Lea Davidson. **Estatísticas de saúde**. São Paulo, EPU: 1987, p. 19.

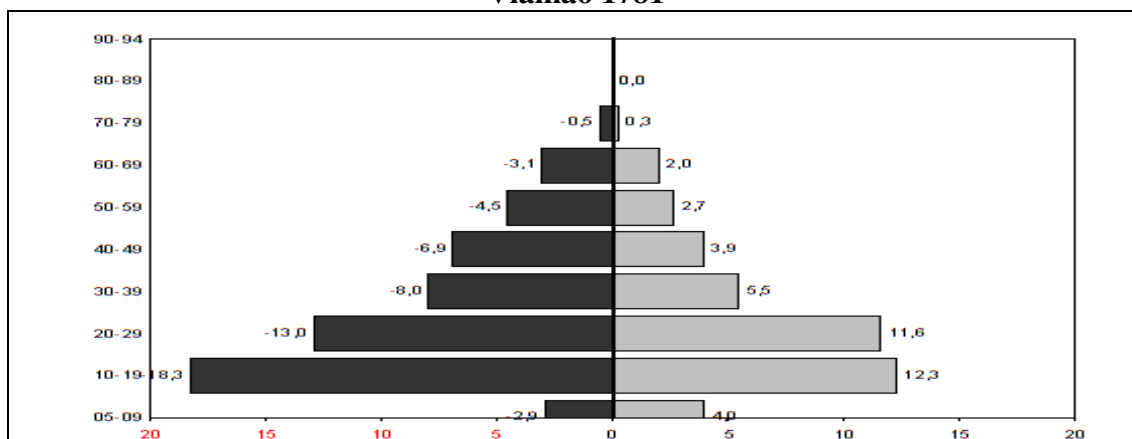
<sup>14</sup> NOZOE, Nelson, COSTA, Iraci del Nero da. “Achegas para a qualificação das Listas Nominativas”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.21, nº2, p.271-284, MAIO/AGO. 1991.

<sup>15</sup> Idem

<sup>16</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Família e Relações intergeracionais: Limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos**. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, 2008.

a explicação da maior frequência de pessoas mais velhas relacionada com ciclos de fome ou frio, que teriam dizimado ciclicamente a população de ambos os sexos, mas o fato de o rol de 1781 ser fruto de coleta original de dados, ficando os estratos, nos quais estão presentes os indivíduos que declararam idades terminadas em zero super-representados.

**Gráfico 5: Pirâmide etária da população total (H/M), estratos de 10 anos – Viamão 1781**



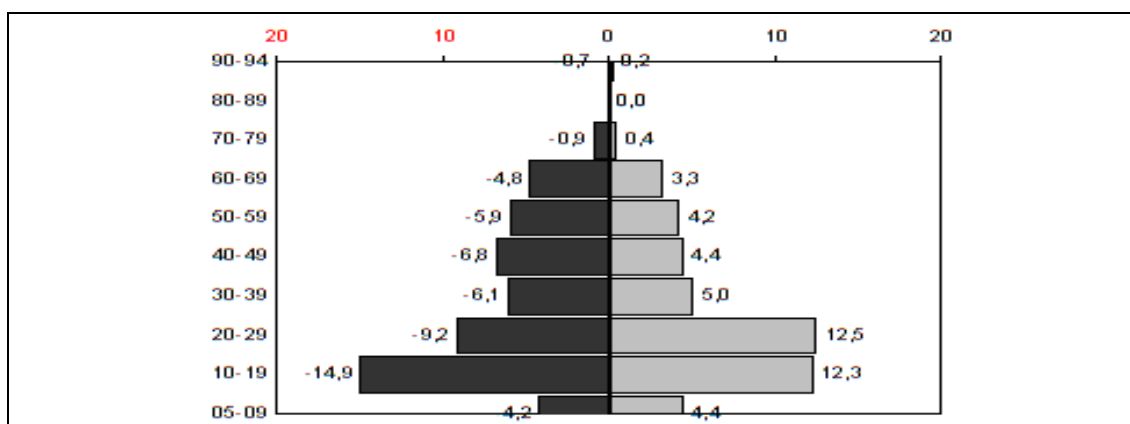
Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão 1781.

O argumento pode ser claramente compreendido ao se verificar que no gráfico 5, cuja estratificação usada é de dez em dez anos, desaparecem as incorreções discutidas. Percebe-se uma típica sociedade de Antigo Regime, com a base larga que afunila constantemente, por motivo de altas taxas de natalidade e mortalidade.

A primeira faixa etária (de zero a 9 anos) no gráfico 5 ou as duas primeiras faixas etárias no gráfico 4 têm um número inferior de indivíduos do que as seguintes, o que não condiz com uma população que pouco controla a natalidade. Entretanto, isso se deve ao fato de fonte usada apenas listar os maiores de sete anos. As crianças com seis ou menos anos eram consideradas inocentes e, portanto, desobrigadas de confessar seus pecados.

Em quase todas as faixas etárias há uma predominância masculina, com exceção da primeira em que são os meninos 2,9% e as meninas 4% da população geral. Essas assimetrias sexuais serão melhor entendidas ao se diferenciar a população entre livres e escravos.

**Gráfico 6: Pirâmide etária da população livre (H/M) – Viamão 1781**



Observação: foram considerados livres todos aqueles que foram designados na fonte de forma neutra ou que foram designados como *forros* (libertos).

Fonte: AHCMPA, Rol de Confessados de Viamão – 1781.

Pode-se observar que a predominância masculina diminuiu na população exclusivamente livre, assim como o formato da pirâmide ficou menos triangular. Entretanto, no gráfico 6 ainda há uma predominância masculina, que não foi causada pelo fato de estar-se trabalhando com uma amostra, pois a razão de masculinidade (RM) na população livre em 1781 era de 111 homens para cada 100 mulheres.<sup>17</sup>

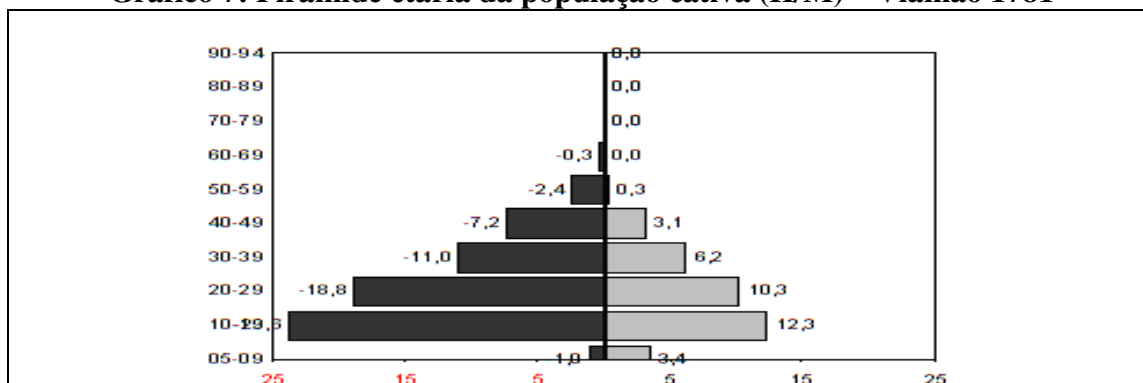
É relevante ressaltar que a partir dos trinta anos a pirâmide vai afunilando lentamente e, inclusive, contém uma quantidade considerável de pessoas (quase 10%) com ao menos sessenta anos. A análise da pirâmide leva a crer que as condições de vida eram relativamente satisfatórias, pois entre as faixas dos 30 aos 60 anos, não há uma diminuição abrupta da população e há idosos inclusive com 90 anos. Evidentemente, a idade referida pelas pessoas neste período não é exata como contemporaneamente, mas marca tendências comparáveis.

A população escravizada encontra-se em situação bastante diferente. A expectativa de vida estava claramente reduzida ou estamos diante de um fenômeno muito intenso de migração e/ou alforrias de adultos e velhos. Discutir-se-á mais profundamente a expectativa de vida dos escravos no sub-capítulo sobre mortalidade, mas uma simples comparação de pirâmides etárias da população escravizada de outras regiões corrobora a hipótese de baixa expectativa de vida. Marcílio estudando a

<sup>17</sup> Os róis de confessados são a mesma fonte usada por Kühn, porém o tratamento de reconstituição de indivíduos altera sutilmente alguns resultados, como por exemplo, a razão de masculinidade dos livres (entre eles *forros* e agregados) do ano de 1778, que pode ser calculada a partir dos dados disponibilizados pelo autor em 103 e aqui ficou em 107. O número de indivíduos contabilizados passou de 742 para 752. A partir de Tabela 2: População de Viamão conforme a condição social - 1778 *apud* KÜHN, Fábio. “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII.” In: Grijó, Luiz Alberto et al. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 54.

capitania paulista de 1798-1836, Luna e Klein (as localidades de Itu, Mogi e São Paulo em 1829), Ana Scott (Porto Alegre de 1779), Luciano Gomes (Porto Alegre de 1782), encontraram mais cativos idosos do que em Viamão.<sup>18</sup>

**Gráfico 7: Pirâmide etária da população cativa (H/M) – Viamão 1781**



Fonte: AHCMPA, Rol de Confessados de Viamão – 1781.

A disparidade sexual entre os escravos é tema de muita discussão na historiografia e permite compreender vários aspectos sociais. Primeiramente, não há uma deturpação da amostra, pois realmente a razão de masculinidade entre os cativos em 1781 era bastante alta: 170 homens para cada 100 mulheres.

Luna e Klein repartiram os cativos entre nascidos no Brasil e africanos. Tal técnica trouxe resultado, pois ficou claro que entre os crioulos a razão de masculinidade era 101 e entre os africanos ela era 212.<sup>19</sup> Entre os africanos, mesmo havendo o dobro de homens, havia paridade sexual em algumas faixas etárias e uma diferença de até três vezes em outras. Paiva e Libby fizeram a mesma divisão entre escravos nacionais e africanos para a província mineira da década de 1830, encontrando formas muito semelhantes de pirâmide etária.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> Em Viamão somente 3% da população cativa têm 50 ou mais anos, sendo que nenhum cativo chegou aos 70, enquanto que em Itu, Mogi e São Paulo há de 6 à 8% de escravos com 50 anos ou mais, na capitania paulista há um contingente com mais de 70 anos, em Porto Alegre de 1779 há idosas com mais de 80 anos e em Porto Alegre de 1782 há 5,9 de cativos com pelo menos 50 anos, ver respectivamente LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S.. “Escravos e senhores no Brasil no início do XIX: São Paulo em 1829”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.20, n°3, p.349-379, SET/DEZ, 1990, p. 356-7; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. cit.*, p. 86; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Op. cit.*, p. 12; GOMES, Luciano Costa. “Estrutura etária e de gênero da população cativa e estrutura de posse de escravos em Porto Alegre, a partir do rol de confessados de 1782”. In: MOSTRA de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais*: produzindo história a partir de fontes primárias/7. Porto Alegre: CORAG, 2009, p.247.

<sup>19</sup> LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S.. *Op. cit.*, p.355.

<sup>20</sup> PAIVA, Clotilde Andrade, LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.25, n°2, p.203-233, MAIO/AGO, 1995, p. 214 e 220.

Os róis de confessados de Viamão não mencionam a origem dos escravos, portanto o tipo de análise feita por Luna e Klein não pode ser aqui adotada, a menos que se trabalhe de forma sistemática com outras fontes. No entanto, a partir da pirâmide etária e com o aporte bibliográfico que estabelece um padrão etário jovem da população negra na freguesia de Viamão, pode-se levantar a hipótese de que a população escravizada de Viamão era mista, no que se refere ao caráter de sua origem brasileira ou africana.

### 1.3 Migração

A interpretação de pirâmides etárias não pode desconsiderar a migração, que se ocorrer com uma especificidade etária ou sexual afetará consideravelmente a forma da pirâmide. Felizmente, Kühn já se encarregou de explicar os fluxos migratórios de grande porte que constituem a formação do espaço viamonense no século XVIII. O autor constrói a sua argumentação ao relacionar com a bibliografia as tendências de crescimento e diminuição de registros de batismos.<sup>21</sup>

Kühn registra a importância dos povoadores oriundos de Laguna sem, no entanto, concordar com a hipótese do despovoamento de Laguna. Ao contrário, defende que tal tese foi motivada por uma construção discursiva enaltecida do Rio Grande do Sul sem comprovação na documentação eclesiástica disponível.<sup>22</sup>

O autor salienta a mudança demográfica causada pela imigração açoriana para Viamão, porém sem superestimar a importância desse grupo. Ao contrário, matiza a diversidade geográfica e étnica da população viamonense: paulistas, lagunenses, colonistas, índios missionários, portugueses das ilhas e, muito importante, africanos e negros crioulos. Diversas ondas de imigração causam impacto demográfico na população de Viamão, como a vinda de lagunenses nas décadas de 1740 e 1750, de colonistas que abandonam Sacramento com os ataques castelhanos, de açorianos que entre 1752 e 1754 são responsáveis por triplicar o número de batizados, de guaranis aldeados após 1756 nas margens do Rio Gravataí, de rio-grandenses refugiados do ataque castelhano de 1763.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p. 109, 113, 116, 123, 126 e 127.

<sup>22</sup> KÜHN, Fábio. **Op. cit.**, 2006, p. 63-4.

<sup>23</sup> KÜHN, Fábio. **Op. cit.**, 2006, p.104, 106, 107, 108, 114 e 115.

A periodização dos Campos de Viamão sugerida pelo autor em *Idade de Ouro* (1733-1763), *Tempos de Guerra* (1763-1776) e *Tempos de Paz* (1777-1798) é guiada por fatores sócio-políticos e apresenta certa consonância com o ritmo da evolução demográfica. De 1746 a 1756, período pertencente à *Idade de Ouro*, a taxa de crescimento anual é a mais elevada. De 1756 a 1778, período que atravessa a guerra, apresenta uma taxa de crescimento anual bem modesta. Com a paz, de 1778 até 1798, o ritmo de crescimento anual é ainda mais lento (1,5%). Por fim, o início do século XIX é marcado por ligeiro encolhimento da população.

### Quadro 1: Evolução demográfica (Viamão – 1746 a 1811)

Intervalo de anos	Taxa de crescimento anual	
	1746 - 1756	14,7%
1756 - 1778	1,7%	
1778 - 1798	1,5%	
1798 - 1811	-0,7%	

A taxa de crescimento anual foi calculada a partir de Quadro I: Viamão evolução demográfica *apud* KÜHN, Fábio. **Op. cit.**, 2004, p. 49.

O fim da guerra e/ou a perda de prestígio político de Viamão para Porto Alegre reflete-se na taxa de crescimento demográfico anual lentamente, pois os eventos políticos acima mencionados ocorreram em 1776 e 1773, respectivamente, e o decréscimo populacional só acontecerá a partir de 1798. Essa evolução demográfica de maior duração (com intervalos entre 10 e 22 anos) observada no quadro 1 não está em desacordo com a estimativa proposta no quadro 2, que detalha de dois em dois anos. Na curta duração percebe-se oscilações mais bruscas, que na longa duração ficaram diluídas pelo fato do cálculo médio aproximar os resultados dos períodos longos.

### Quadro 2: Evolução demográfica (Viamão – 1776 a 1782)

Intervalo de anos	Taxa de crescimento anual	
	livres	escravos
1776 - 1778	11,2%	14,3%
1778 - 1780	9,2%	5,5%
1780 - 1782	-6,0%	-6,4%

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776, 1778, 1780 e 1782.

Essa análise mais conjuntural, descrita no quadro 2, permite supor que a perda de importância política da freguesia se refletiu em emigração muito mais rapidamente do que se podia supor, tendo seus primeiros resultados já a partir de 1780. Entretanto,

esse decréscimo sofrido entre 1780 e 1782 será compensado logo em seguida, pois a TCA entre 1778 e 1798 é positiva.

#### 1.4 Natalidade

A natalidade de uma população é medida através da taxa bruta de natalidade (TBN) ou simplesmente (TN), que é a razão entre o número de indivíduos nascidos durante um ano sob a população total em relação a cada mil habitantes.<sup>24</sup>

Espera-se que as taxas de natalidade, em populações *pré-malthusianas*, sejam elevadas em decorrência da precariedade das formas de controle. Pelo mesmo motivo se espera que também as taxas de mortalidade sejam altas. Porém, não havendo nenhuma crise demográfica de Antigo Regime – *fame, peste, bello* (fome, peste, guerra) –, nem emigração massiva, o esperado é haver crescimento vegetativo positivo.<sup>25</sup>

Havendo recursos materiais para manter uma população, a tendência seria o crescimento gradativo da mesma. Sabe-se que a população ameríndia sofreu um duro impacto demográfico com o projeto colonizador europeu. Sobre a população cativa trazida do continente africano, já se especulou que sua experiência foi tão dramática que não haveria sentido ou meio de reproduzir-se. Pesquisadores sociais tradicionais, assim como os viajantes do XIX, preconceituosos em relação aos negros, definiam os filhos de escravos como resultado de ligações pecaminosas, instáveis e desestruturadas. Contrapondo-se essa visão, há vários estudiosos que ressaltaram a existência da família escrava na América portuguesa, dentre os mais destacados atualmente, pode-se citar Robert Slenes, Manolo Florentino, Roberto Góes e Hebe Mattos.

Embora as populações *pré-malthusianas* não tenham formas eficientes de controlar a natalidade, como acima foi dito, não se pode, considerá-las anárquicas e desprovidas de projetos de vida, inclusive, a população cativa. Slenes argumenta enfaticamente que não é possível construir modelos demográficos sem conhecer os projetos de vida da população, ou seja, as intenções de ter ou não relações conjugais estáveis e prole não são questões periféricas, mas centrais desse tipo de estudo.<sup>26</sup> Sheila Faria discute o papel de destaque que as negras libertas tinham tanto na decisão de ter

---

<sup>24</sup> CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya e RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo, ABEP: 1994, p. 20.

<sup>25</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Op. cit.**, p. 73.

<sup>26</sup> SLENES, Robert W.. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 159.



ou não filhos, assim como de contraírem ou não matrimônio.<sup>27</sup> Antes deles, Mattoso já chamara a atenção dos estudiosos quanto ao controle da natalidade entre a população indígena e negra.<sup>28</sup>

Discutir os *projetos* das populações branca, negra e mestiça ultrapassa os objetivos desta pesquisa. Quer-se apenas, neste sub-capítulo, estipular a TN dessas populações.

Infelizmente, no período em estudo, tem-se um problema de fontes para observar a natalidade tanto dos cativos, quanto dos libertos. O livro 3 de Batismos da Freguesia de Viamão referente aos anos entre 1769 e 1782, é de registro *exclusivo* dos brancos: “Determinei este livro mandado pelo reverendo pároco [de Viamão] nele se lançarem os assentos de batizados dos [brancos] fizeram aquela paróquia”<sup>29</sup>. Ademais, o livro 4 de Batismos, referente aos anos entre 1782 e 1799, é de livres e escravos, porém os últimos só são listados a partir de 1784. Dessa forma, o recorte temporal deste estudo tornou-se ineficiente ao estudo da população escravizada. Entre 1776 e 1782 não há registro de batismo de escravos, excetuando-se os feitos por *descuido* no livro dos brancos. Entre 1776 e 1782 há apenas 11 batismos de escravos contra 115 entre 1784 e 1789, ou seja, no primeiro momento há uma média de 1,5 contra 19,2 batismos anuais, que configura não um repentino processo de natalidade, mas a falta de registro sistemático no período estudado.

Com o registro da população escrava e livre no termo de fechamento do rol de 1778 e posterior estimativa para os outros anos, foi possível calcular a TN (número de nascidos dividido pela população total vezes mil) dos livres. A TN calculada para a população cativa a partir de dados residuais não corresponde à realidade.

### Quadro 3: Taxa de Natalidade (TN), Viamão: 1776 – 1782

Ano	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	média
Livres	41,1	51,7	58,5	47,8	56,1	48,4	60,4	52,0

Obs.: libertos estão junto com os livres

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776, 1778, 1780 e 1782 e Livro 3 e 4 de Batismos da Freguesia de Viamão.

<sup>27</sup> FARIA, Sheila de Castro. “Sinhás Pretas: Acumulação de Pecúlio e Transmissão de Bens de Mulheres Forras no Sudeste Escravista (sécs. XVIII e XIX)”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 299 e 304.

<sup>28</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 127.

<sup>29</sup> AHCMPA, Livro 3 de Batismos da Freguesia de Viamão (1769-1782, livres). Termo de abertura.

A TN da população livre é nesse período bastante alta como era o típico em sociedades pré-industriais. No próximo sub-capítulo, essa conclusão parcial será relacionada com o resultado da TM, de forma que será possível inferir o crescimento vegetativo.

Não foi possível obter a TN da população escrava, cuja comparação com a TN dos livres era um dos objetivos deste trabalho. É possível supor a partir do número bruto de batizados presentes de 1784 em diante, que a TN da população cativa deve ser um pouco menor que a dos livres, no entanto, é necessário estipular o tamanho total da população escrava entre 1784 e 1789 para ser possível calcular a TN.

### 1.5 Mortalidade

A mortalidade geral de uma população é medida através da taxa bruta de mortalidade (TBM), taxa de mortalidade geral (TMG) ou simplesmente taxa de mortalidade (TM), que é a razão entre o número óbitos ocorridos em um período, geralmente, de um ano sob a população total em relação a mil habitantes. Idealmente devem ser contabilizados na população total do ano em questão todos os indivíduos que viveram em algum momento do ano na localidade.<sup>30</sup> Entretanto, como não causa maiores distorções essa correção não será feita e foram assumidos como os valores de população os estimados no gráfico 4.

Uma discussão mínima da fonte se faz necessária pois, mesmo atualmente, há sub-registro de óbitos. No período em estudo a responsabilidade pelos registros de óbitos era da Igreja Católica e a morte não se constituía em um evento tão importante quanto o nascimento. Embora para as elites coloniais a morte fosse uma festa, o registro dos homens e mulheres de menor qualidade recebia menos atenção. Mesmo assim, essa é uma fonte mais abrangente do que inventários *post-mortem* e testamentos, os quais se restringem aos que possuem um mínimo de bens a declarar aos herdeiros. Dessa forma, acredita-se que essa fonte possa ser reveladora da realidade social no período colonial.

A variação brusca da TM é um indicador de alteração social e/ou ambiental significativo, dessa forma a subida repentina da TM em um ano ou mês é um evento relevante, pois expressa que houve uma alteração no ritmo esperado de mortalidade.<sup>31</sup> A ocorrência de uma catástrofe como, por exemplo, fome, epidemia ou guerra elevará a

---

<sup>30</sup> CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya e Rodrigues, Roberto do Nascimento. **Op. cit.**, p. 9.

<sup>31</sup> FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Epidemiologia geral**. São Paulo, EDUSP e Ed. Edgard Blücher: 1976, p. 70.

TM. De qualquer maneira, a comparação de TM entre populações diferentes não gera *a priori* conclusões sobre seus níveis de vida.

No cálculo da TM, libertos e livres foram considerados em um único grupo, separado dos cativos, respeitando o estatuto social ideal. Essa escolha causa uma pequena distorção na lógica real daquela sociedade, uma vez que se acredita na continuidade social da população negra cativa com a dos libertos negros ou mestiços. Porém, essa continuidade não é possível de estabelecer a partir das fontes disponíveis, no presente estágio de tratamento.

**Quadro 4: Taxa de Mortalidade (TM), Viamão: 1776 – 1782**

Ano	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	média
Livres	35,8	23,5	29,2	15,3	14,8	7,4	23,7	<b>21,4</b>
Escravos	43,6	24,9	19,5	13,0	9,6	11,5	18,7	<b>20,1</b>

Obs.: libertos computados com os livres

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776, 1778, 1780 e 1782 e Livro 1 e 2 de Óbitos da Freguesia de Viamão.

Sobre o comportamento da TM, é importante destacar que a população livre e cativa não só apresentaram médias semelhantes como mantiveram uma evolução semelhante. Ambas têm seus maiores valores no ano de 1776 e vão pouco a pouco diminuindo até apresentar um aumento no ano de 1782.

As variações da TM dos livres entre 35,8 e 7,4, assim como a dos escravos entre 43,6 e 9,6 são muito altas, mas crê-se que elas se devem mais às oscilações que costumam ocorrer nas estatísticas referentes a pequenas populações (o número de pessoas livres nunca atingiu mil e duzentas e as escravos jamais somaram oitocentas pessoas) do que a alguma catástrofe.

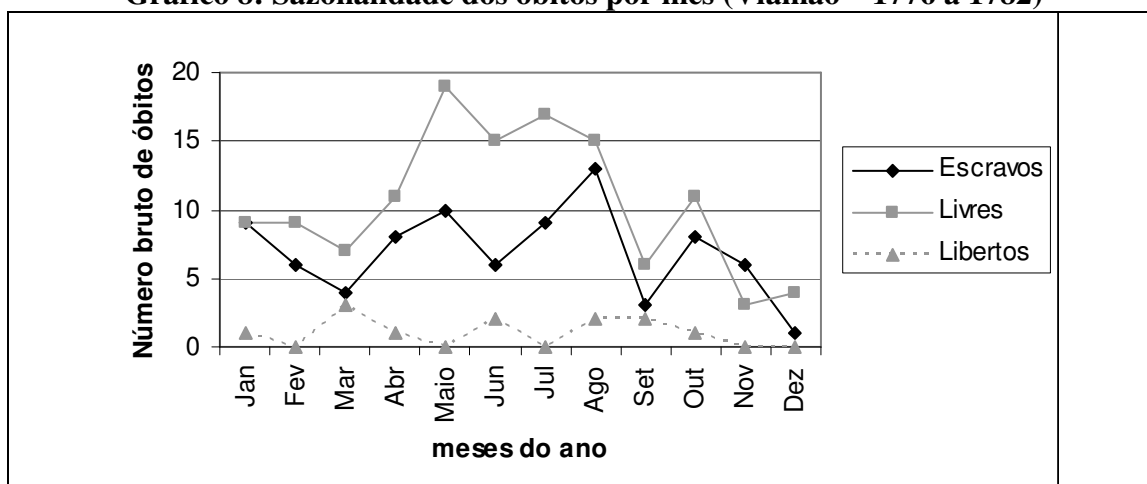
Passa-se agora para a análise do crescimento vegetativo, infelizmente apenas possível para os livres, pois não foi possível obter a TN dos escravos. Durante os sete anos pesquisados o crescimento vegetativo da população livre sempre foi positivo, sendo o valor médio 30,6. No primeiro ano o crescimento é de 5 aumentando de ritmo progressivamente nos anos seguintes para 28, 29, 32, 41 e 41. Apenas no último ano o ritmo se reduz para 36. Confirma-se assim a proposta sugerida por Kuhn, de que o pequeno decréscimo populacional ocorrido após 1777 não se deve a causas relacionadas ao crescimento vegetativo, mas a uma pequena emigração motivada pela mudança do centro político para Porto Alegre.

A TM é de grande funcionalidade para calcular o crescimento vegetativo de uma população, como acima realizado. Entretanto, não é bom um indicador das condições de saúde da população, pois é muito influenciado pela estrutura etária própria de cada grupo.

A morbidade e a mortalidade não são temáticas que tenham sido consagradas com muitos trabalhos historiográficos do Brasil colonial e imperial, nem da população escrava, nem da livre. Em linhas gerais, concorda-se que a expectativa de vida dos escravos era inferior à dos livres.<sup>32</sup>

Mattoso discute a relação entre a precocidade da morte dos cativos e a alimentação, o trabalho, o clima e a higiene. A autora considera que nem a alimentação (escravo tinha melhor diversificação que os pobres do XX), nem o ritmo de trabalho (15 a 17 horas implacáveis, porém não letais) são os responsáveis pela morte precoce de cativos, mas sim o clima diferente e as más condições de higiene.<sup>33</sup>

**Gráfico 8: Sazonalidade dos óbitos por mês (Viamão – 1776 a 1782)**



Fonte: AHCMPA, Livro 1 e 2 de Óbitos da Freguesia de Viamão.

Não é possível analisar nesta pesquisa as condições de higiene dos viamonenses, porém a hipótese referente ao clima pode ser testada. A região sul brasileira é caracterizada por um clima sub-tropical úmido com um rigoroso inverno e pode-se observar no gráfico 8 uma maior concentração de óbitos nos meses mais frios do ano. Porém, não se pode afirmar que a população cativa sofra mais que a livre nesse aspecto, pois se a primeira tem os maiores picos de mortalidade em Agosto e Maio, a última tem em Maio e Julho. Ao contrário do argumentado por Mattoso, o clima não incide de

<sup>32</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** [1985] São Paulo, Cia das Letras: 1988, p. 299.

<sup>33</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. **Op. cit.**, p. 118-20.

forma diferenciada nos cativos, mas igualmente entre livres e escravos, ao menos em Viamão.

Nas análises realizadas pela saúde pública e epidemiologia, um indicador de grande valia para qualificar e comparar a saúde de populações é a taxa de mortalidade infantil (TMI).<sup>34</sup> Quanto menor a TMI, melhor a qualidade de saúde da população em questão, visto que, contemporaneamente, os locais nos quais os serviços de saúde e sociais estão melhor capacitados e os indivíduos usufruem de melhores condições de vida, as mortes dos menores de um ano são evitadas. Schwartz considera a TMI um indicador importante para diferenciar as condições sociais (trabalho e alimentação) de escravos e livres, porém cujos dados são difíceis de conseguir.<sup>35</sup>

A TMI é o número de óbitos infantis dividido pela população de menores de um ano por mil.<sup>36</sup> A única fonte para reconstituir a população menor de um ano é o registro de batismo e, como já foi discutido anteriormente, carece-se desses dados para os cativos. Assim, não é possível comparar os grupos em questão.

Os conceitos de infância e mortalidade infantil são estranhos ao Antigo Regime sul-americano. Maria Beatriz Nizza da Silva propõe outros recortes etários para a sociedade da colônia brasileira, que sintetiza questões religiosas, de aprendizado e exercício de ofícios, de fertilidade, obrigações militares, emancipação, casamento, e envelhecimento dos indivíduos diferenciando-os por gênero.<sup>37</sup> Analisar a mortalidade proporcional da população é relevante e procurou-se matizá-la com recortes etários significativos aos contemporâneos como propôs Silva. Abandonou-se porém a peculiaridade entre gêneros para caracterizar cada faixa etária, pois do contrário se comparariam categorias distintas. As faixas etárias ficaram da seguinte forma distribuídas: 1ª infância (0 a 3 anos), 2ª infância (4 a 7), intermediário (8 a 14), adulto (15 a 49) e idoso (50 anos em diante).

---

<sup>34</sup> CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya e Rodrigues, Roberto do Nascimento. **Op. cit.**, p. 12-4.

<sup>34</sup> FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Op. cit.**, p. 71.

<sup>35</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Op. cit.**, p. 301-2.

<sup>36</sup> CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya e Rodrigues, Roberto do Nascimento. **Op. cit.**, p. 12-3.

<sup>37</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de Dona Maria I e Don João VI.** 2ª Edição, Lisboa: Estampa, 1993, p. 13, 31, 32, 33, 34, 43, 123; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: T. A. Queiroz editor e Edusp, 1984, p. 57 e 143.

**Quadro 5: Mortalidade proporcional segundo condição jurídica (Viamão – 1776 a 1782)**

Condição jurídica	Livres		Escravos	
	Nº.	%	Nº.	%
Faixa etária				
1ª infância	29	25,4	20	29,9
2ª infância	17	14,9	3	4,5
Intermediário	7	6,1	3	4,5
Adulto	32	28,1	35	52,2
Idoso	29	25,4	6	9
Total	114	100	67	100

Observação: Os libertos foram excluídos deste quadro por serem numericamente muito poucos.  
 Fonte: AHCMPA, Livro 1 e 2 de Óbitos da Freguesia de Viamão.

Os números são coerentes no que se refere aos livres, pois há mais óbitos na primeira infância do que na segunda e menos ainda entre os intermediários. O percentual de óbitos entre adultos e idosos é semelhante, revelando uma precocidade relativa dos livres ao falecer. Entre os dados referentes aos escravos é significativo o percentual de infantes falecidos, sendo a primeira infância muito numerosa e a segunda estranhamente idêntica ao período intermediário, além de um número superior de óbitos de adultos do que de idosos, que indica a precocidade da morte entre os escravos.

Outro indicador de saúde da população é a razão de mortalidade proporcional ou indicador Swaroop-Uemura, que mede o percentual da população que ao falecer era idosa. A TMI avalia o extremo oposto da população que o indicador Swaroop-Uemura cobre. A premissa desse indicador é que quanto maior o percentual de óbitos de idosos sobre o total, melhores são as condições sociais e/ou de saúde da população, pois ele não deixa de ser um medidor de expectativa de vida. Entre as taxas de mortalidade específicas (TME), escolheu-se o indicador Swaroop-Uemura, pois coincide em parte com Silva no recorte conceitual de idoso em 50 anos e é dessa maneira adequado ao período estudado.<sup>38</sup>

**Quadro 6: Indicador Swaroop-Uemura (Viamão – 1776 a 1782)**

Condição jurídica	Livres	Libertos	Escravos
Óbitos de indivíduos com 50 anos ou mais	29	2	6
Total de óbitos	114	8	67
<b>Razão de mortalidade proporcional</b>	<b>25,4</b>	<b>25</b>	<b>8,9</b>

Fonte: AHCMPA, Livro 1 e 2 de Óbitos da Freguesia de Viamão.

<sup>38</sup> FORATTINI, Oswaldo Paulo. *Op. cit.*, p. 76-7; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, 1993, p. 123.

A saúde da população é considerada progressivamente melhor quanto mais próxima de 100 no indicador Swaroop-Uemura. Percentuais abaixo de 50% são considerados ruins.<sup>39</sup> Como era de se esperar ao utilizar indicadores contemporâneos para realidades sociais do século XVIII, eles ficaram bem aquém de um bom percentual<sup>40</sup>, mas a diferença entre livres (25,4%) e escravos (8,9%) é nítida e comparável. Assim, temos uma distinção entre os dois grupos em que fica claro que os segundos morrem antes de alcançarem a idade 50 anos muito mais do que os primeiros. Esse resultado vai ao encontro da hipótese levantada por Schwartz para o recôncavo baiano de que os escravos dificilmente ultrapassavam a idade de 50 anos.<sup>41</sup> A conclusão de que a expectativa de vida dos escravos era muito inferior a dos livres corrobora o resultado da análise da pirâmide etária, que foi construída a partir de uma fonte distinta (os róis de confessados).

Ao construir o indicador Swaroop-Uemura diferenciado por gênero, além da condição jurídica, chegou-se a resultados interessantes. A distinção por gênero é clara nos três grupos, estando as mulheres sempre em desvantagem.

**Quadro 7: Indicador Swaroop-Uemura diferenciado por gênero (Viamão – 1776 a 1782)**

Condição jurídica	Livres		Libertos		Escravos	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem
Óbitos de indivíduos com 50 anos ou mais	22	8	2	0	5	1
Total de óbitos	63	50	5	3	38	29
<b>Razão de mortalidade proporcional</b>	<b>34,9</b>	<b>16,0</b>	<b>40,0</b>	<b>0,0</b>	<b>13,2</b>	<b>3,4</b>

Fonte: AHCOMPA, Livro 1 e 2 de Óbitos da Freguesia de Viamão.

A categoria dos libertos possui um total muito pequeno, que pode trazer distorções. O mesmo não se observa entre livres e escravos, cujos indicadores são coerentes e sugestivos.

Volta-se agora às hipóteses de Mattoso, direcionando a discussão acerca dos cativos para toda a sociedade, usando a perspectiva de gênero. A autora afirmara que nem o trabalho nem a alimentação eram a causa da precocidade da morte dos escravos, mas que ela se devia a difícil adaptação ao clima e as precárias condições de higiene.

<sup>39</sup> FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Op. cit.**, p. 76-7.

<sup>40</sup> No ano de 1968 esse indicador era entre os estadunidenses de aproximadamente 82,7%. Ver: FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Op. cit.**, p. 76.

<sup>41</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Op. cit.**, p. 308.

Provavelmente as quatro questões (clima, higiene, alimentação e trabalho) levantadas pela autora não são suficientes, a menos que sejam as condições diferenciadas segundo o gênero.

É difícil argumentar que existisse grande diferença de higiene entre homens e mulheres, que favorecesse os primeiros, a menos que se incluam aí as questões relativas ao parto. Porém, nas causas *mortis* dos registros de óbitos, o parto é pouquíssimo mencionado, mas como apenas uma minoria das causas *mortis* são especificadas, esse fato poderia estar oculto.

Schwartz, diferentemente de Mattoso, considera as condições de trabalho como um fator da mortalidade dos escravos e inclusive salienta que uma mortalidade diferenciada entre escravos e escravas, mais branda às últimas poderia ser explicado por executarem os homens tarefas mais pesadas e perigosas.<sup>42</sup> Concorde-se com o argumento de Schwartz, porém não se pode transpassar automaticamente uma explicação referente ao trabalho na *plantation* e nos engenhos de açúcar para os campos de Viamão. O resultado antagônico ao baiano em Viamão gera a necessidade de se repensar algumas questões, entre elas de que o trabalho feminino, mesmo menos pesado pode ser tão desgastante quanto o masculino.

É difícil desconsiderar como a autora a alimentação como uma das causas da diferença de expectativa de vida entre livres e cativos, quando se sabe que ela era desfavorável aos segundos em relação aos primeiros. No referente ao gênero, as mulheres podem se alimentar de modo diferenciado dos homens com clara desvantagem em relação a eles.

De qualquer forma, o que se deseja é apenas iniciar um debate sobre mortalidade e indicadores de condições de vida, em que as especificidades de condição jurídica e de gênero estejam em evidência.

Esboçaram-se neste final de primeiro capítulo algumas tendências referentes a mortalidade em Viamão. O ritmo anual da taxa de mortalidade e o nível bruto de mortes por mês semelhantes entre livres e escravos. Ao mesmo tempo, é notório que todos os indicadores evidenciam as piores condições de vida dos escravos.

---

<sup>42</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Op. cit.**, p. 308.



## Capítulo 2: Padrão de posse de escravos

O padrão de posse de cativos compreende as características da posse de um grupo de proprietários de escravos, cujo recorte pode ser estabelecido conforme o gênero, a condição jurídica, a atividade produtiva, o setor da economia, a geografia. Neste capítulo se discutirá primeiramente as características da posse de cativos genericamente na localidade de Viamão e, no segundo sub-capítulo, se investigará o perfil dos proprietários vinculados a duas atividades produtivas específicas: criadores e lavradores.

Alguns autores, como Motta, usam o termo plantel para designar um grupo de escravos pertencentes a um mesmo proprietário.<sup>43</sup> Neste trabalho, entretanto, se usará o termo posse ao invés de plantel, por razão da conotação depreciativa presente neste último.<sup>44</sup>

### 2.1 Características econômicas e distribuição da posse de escravos na freguesia

A compreensão do passado escravista brasileiro sofreu diversas alterações interpretativas, muitas delas, decorrentes de estudos de padrão de posse de escravos. O passado escravista deixou de ser compreendido apenas pela *plantation* agro-exportadora na qual trabalhavam centenas de escravos para ser entendido dentro de uma diversidade de situações, que dependem tanto do período quanto da região. Luna, um dos pioneiros do estudo de posse de escravos, mostrou que Minas Gerais era, no século XVIII, uma economia escravista em que tanto o senhor quanto o escravo típicos eram o pequeno proprietário e o cativo de uma pequena posse, respectivamente.<sup>45</sup>

O fato das pequenas posses predominarem na estrutura social de uma região não a torna necessariamente menos escravista, pois a grande disseminação do escravismo entre os livres pode tornar a população cativa e o uso da mão-de-obra escrava expressivos. Schwartz estudou a região que possivelmente foi a mais escravocrata da América portuguesa e afirma, após comparar os seus resultados com o de estudos de outras regiões, que a escravidão constituía-se no Brasil em uma forma de investimento

---

<sup>43</sup> MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 - 1829). São Paulo: FAPESP e Annablume, 1999, p. 20.

<sup>44</sup> Embora o termo plantel possa se referir a qualquer conjunto de indivíduos, normalmente é associado a grupos de animais.

<sup>45</sup> LUNA, Francisco Vidal. **Op. cit.**, p. 57.

comum e acessível à população livre.<sup>46</sup> Dessa forma, o compromisso com a instituição do escravismo não era privilégio da elite, mas de grande parte do “povo”.<sup>47</sup>

Não apenas Minas Gerais tinha um predomínio de pequenas posses, mas também a capitania de São Paulo. Essa foi a conclusão levantada por Luna e Costa ao estudar 10 núcleos importantes da capitania paulista. Um quarto dos domicílios paulistas era escravista e, destes, a posse de um a cinco cativos perfilava um quarto dos casos. Em Campinas, Guaratinguetá, Itu e São Sebastião o tamanho médio das posses era maior, a RM era mais acentuada em favor dos homens e o percentual de indivíduos entre 15 e 64 anos sobre os menores de 14 era maior do que nas restantes localidades: Sorocaba, Curitiba, Iguape, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes. Essa diferença entre os padrões de posse das localidades dava-se pelo motivo de as primeiras contarem com uma presença expressiva de engenhos de açúcar.<sup>48</sup> A economia açucareira reproduziu um padrão, em que as posses eram maiores, mais masculinas e proporcionalmente com menos crianças, provavelmente pela maior capacidade de compra de mão-de-obra.

Segundo Schwartz, a distribuição da posse está diretamente relacionada aos padrões de uso da terra. Há duas questões centrais: as formas de acesso à terra e o tipo de exploração econômica ao qual a terra está vinculada.<sup>49</sup> O primeiro ponto, não será abordado neste trabalho, embora existam fontes para estudá-lo. O segundo, merecerá uma análise mais detalhada no próximo sub-capítulo.

Para começar a entender a estrutura escravista de uma região precisa-se saber o quanto expressiva é a quantidade de indivíduos cativos e como eles estão divididos entre os escravistas. O cálculo do número médio de escravos por proprietário e do índice de Gini<sup>50</sup>, permite compreender a distribuição da posse numa região. Neste trabalho escolheu-se trabalhar com a média de cativos por fogo, considerando ora todos os fogos,

---

<sup>46</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Op. cit.**, p. 368.

<sup>47</sup> Idem, p.376.

<sup>48</sup> LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.13, nº1, p. 211-222, JAN/ABR, 1983, p214-5.

<sup>49</sup> SCHWARTZ, Stuart. **op. cit.**, p357.

<sup>50</sup>. Todos os índices de Gini originais mostrados neste trabalho foram calculados com a software disponibilizado gratuitamente para pesquisadores pela fundação Wessa, ver: WESSA, P. (2009). **Free Statistics Software, Office for Research Development and Education**, version 1.1.23-r4; URL <http://www.wessa.net/>; entre os primeiros trabalhos historiográficos que utilizam o índice de Gini estão CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/7”. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 26 (4): p.95-123, out./dez., 1972, e CANABRAVA, Alice Piffer. “A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818”. **Estudos Econômicos**, São Paulo. v.2, nº 6, p. 77-129, dez., 1972, nos quais a autora investiga a concentração de riqueza (em réis) de famílias livres da capitania paulista no século XVIII e de terras no século XIX, respectivamente em cada um dos artigos.

ora apenas os escravistas, ou seja, que possuíam ao menos um escravo. Para que os dados sejam comparáveis com o estudo de Schwartz, calculou-se o índice de Gini relativo apenas aos escravistas, excluindo-se os não proprietários. Incluir os não escravistas ao cálculo seria interessante, porém a fonte que o autor utiliza apenas menciona os escravistas. O percentual de fogos escravistas indica a abrangência do escravismo e dessa forma complementa o índice de Gini sem alterar a relação hierárquica específica dos proprietários.

**Quadro 8: Escravismo: abrangência, média, distribuição (Viamão – 1776 a 1782)**

anos	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	média
Fogos escravistas (n°.)	126	80	158	45	172	143	148	<b>124,6</b>
Fogos escravistas (%)	61,1	60,1	64,7	70,3	66,6	69,7	65,7	<b>65,5</b>
Média de cativos por fogo (todos)	1,9	2,2	2,2	2,2	2,3	2,4	2,3	<b>2,2</b>
Média de cativos por fogo escravista	3,2	3,8	3,3	3,1	3,4	3,4	3,5	<b>3,4</b>
Índice de Gini	0,40	0,45	0,39	0,38	0,42	0,43	0,44	<b>0,42</b>

Fonte: AHCOMPA, Róis de Confessados da Freguesia de Viamão 1776 – 1782.

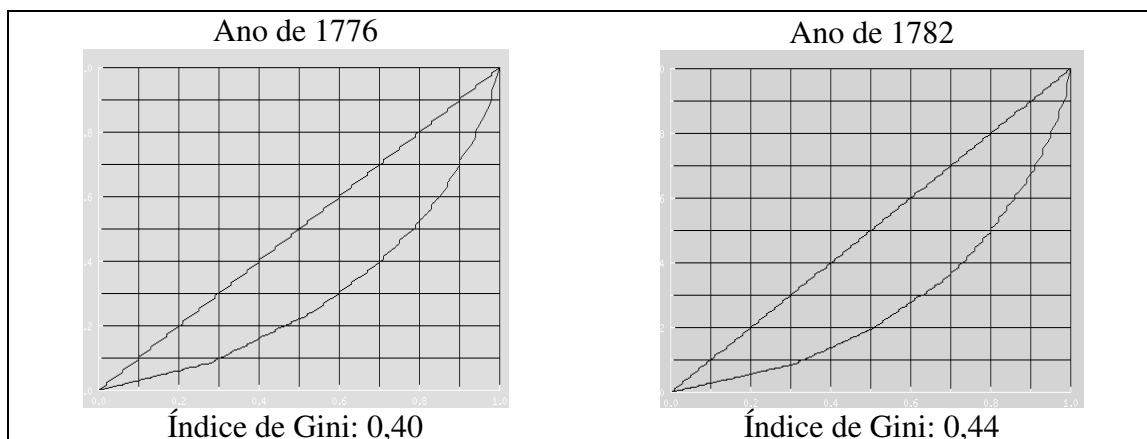
Em Viamão impressiona o grande percentual de fogos escravistas, em torno de 65%. Essa porcentagem é superior a de qualquer das localidades paulistas estudadas por Luna e Costa acima citadas e até mesmo da cidade de Salvador. Resultado semelhante é pouco encontrado na América portuguesa. Mocha, localidade piauiense voltada para agricultura de subsistência e pecuária, apresentava um percentual de 69% de fogos com ao menos um escravo.<sup>51</sup> A semelhança com Viamão também ocorre em relação ao modesto número de cativos por proprietário. Em Viamão, a média sofreu um pequeno incremento passando de 1,9 para 2,3 cativos, se considerados todos os domicílios, ou de 3,2 para 3,5, se considerados apenas os fogos escravistas entre os anos de 1776 e 1782.

O índice de Gini e a curva de Lorenz são medidas estatísticas largamente utilizadas pelos economistas para estipular a desigualdade relativa de um grupo social. O índice de Gini varia entre 1 e 0, sendo o 1 equivalente a absoluta concentração de riqueza (a curva forma uma trajetória composta por duas linhas com inclinação de 90°,

<sup>51</sup> SCHWARTZ, Stuart. *op. cit.*, p. 370.

como um “L” horizontalmente invertido) e o zero equivalente a igualdade plena (a curva coincide com a linha cuja inclinação é de 45°).<sup>52</sup>

### Gráfico 9: Curva de Lorenz (concentração de escravos entre escravistas)



Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776 e 1782.

As duas curvas de Lorenz apresentadas no gráfico 9 são as que estão nas pontas do período estudado, 1776 e 1782, cujo índice de Gini é igual a 0,4 e 0,44, respectivamente. A segunda curva de Lorenz é mais aberta, ou seja, a curva passa mais longe da linha em inclinação de 45°, e por isso representa uma maior desigualdade relativa.

O coeficiente de Gini manteve-se, no período em questão, entre os proprietários de escravos de Viamão sempre entre 0,38 e 0,45. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Schwartz para as freguesias do Recôncavo Baiano – no ano de 1788 – que se dedicavam ao plantio da mandioca e à criação de gado, 0,38 a 0,48. As freguesias urbanas do recôncavo tinham um perfil mais “igualitário” apresentando índices entre 0,23 e 0,36; as freguesias açucareiras, ao contrário, eram as mais desiguais com índices entre 0,62 e 0,77.

<sup>52</sup> Esse indicador é bastante sensível, pois como argumenta Motta, uma variação de apenas 25 centésimos pode ser (embora não necessariamente) bastante significativa. Ver: MOTTA, José Flávio. **Op. cit.**, 1999, p142-3.

### Quadro 9: Distribuição da propriedade de escravos em Viamão e na Bahia

Localização (cenário econômico)	Índice de Gini			Nº médio de escravos por senhor
	Mín	Máx	Valor único	
<b>Viamão (agropecuária)</b>	<b>0,38</b>	<b>0,45</b>		<b>3,4</b>
Recôncavo (urbano)	0,23	0,36		4,0
Recôncavo (mandioca)	0,38	0,45		4,5
Sertão (gado, mandioca)			0,48	5,2
Recôncavo (açúcar e mandioca)	0,52	0,59		6,2
Recôncavo (açúcar)	0,62	0,77		11,7

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão – 1776 a 1782; SCHWARTZ, Stuart, Segredos internos. p. 359.

Nas regiões, em que se cultiva cana-de-açúcar a desigualdade entre os escravistas é a mais expressiva e o oposto se encontra nas freguesias com caráter mais urbano. As localidades dedicadas à pequena agricultura apresentam situações intermediárias e, inclusive, um pouco mais igualitárias do que as localidades mineiras estudadas por Luna, nas quais o índice de Gini era entre 0,40 e 0,57. Em 1981, o cálculo de índices de Gini era novidade entre trabalhos historiográficos e Luna considerou aqueles valores os relativos a conjuntura mais igualitária entre os senhores de escravos da Colônia portuguesa.<sup>53</sup> O trabalho de Schwartz, assim como a presente investigação, mostram que regiões dedicadas a agropecuária eram, entre os proprietários de escravos, mais igualitárias do que as regiões mineiras estudadas por Luna.

A freguesia de Viamão apresentou índice de Gini equivalente ao das freguesias do recôncavo e do sertão baiano, nas quais predominava a agricultura da mandioca e criação de gado. O fato da média de escravos nessas localidades (4,5 e 5,2) ser superior à viamonense não surpreende, pois elas pertencem a uma região economicamente muito mais dinâmica e ligada ao comércio internacional.<sup>54</sup>

Como defende Motta e foi visto no tocante a Viamão, a especificidade produtiva, o número médio de cativos por proprietário e o índice de Gini são variáveis inter-relacionadas.<sup>55</sup> As características gerais da escravidão na freguesia de Viamão condizem com a atividade produtiva e a inserção no mercado colonial. Conclui-se que o padrão de posse de escravos de Viamão insere-se dentro da lógica do sistema escravista

<sup>53</sup> LUNA, Francisco Vidal. **Op. cit.**, p156.

<sup>54</sup> Uma localidade que em 1782 era próxima de Viamão geograficamente e economicamente como Porto Alegre apresenta um número médio de cativos por proprietário de 3,9. Uma média equivalente a de Viamão, ver: GOMES, Luciano Costa. **Op. cit.**, p.249.

<sup>55</sup> MOTTA, José Flávio. **Op. cit.**, 1999, p. 82-3.

brasileiro. Apresenta-se como uma de suas variantes, ou seja, o escravismo em Viamão não é um caso excepcional aos padrões da Colônia.

## 2.2 Lavradores e criadores: acesso à mão-de-obra

A historiografia recente que se dedicou a estudos econômicos da capitania do Rio Grande de São Pedro modificou a imagem de coxilhas dominadas por gaúchos livres pastoreando grandes rebanhos de reses. O trabalho na pecuária deixou de ser compreendido como a única atividade produtiva da região. O discurso enaltecedor da província livre da mácula escravista foi confrontado pela percepção de uma região que assim como as outras unidades da Colônia também explorava a mão-de-obra cativa.

Viamão, no século XVIII, contava com uma pequena economia agro-pastoril voltada para o mercado interno. Entretanto, a presença de cativos nessa freguesia era bastante alta, no mínimo 40% da população, como apontou Kühn.<sup>56</sup> Esse alto percentual de escravos na sociedade viamonense, não pode ser explicado apenas pelo baixo preço do escravo no mercado. O autor demonstra que a população cativa estava presente nos campos de Viamão muito precocemente, ou seja, os imigrantes paulistas e lagunenses não tiveram tempo de acumular um capital inicial para comprar cativos, mas importaram as estruturas ou, como prefere o autor, o *modus vivendi*, peculiar dos seus locais de origem.<sup>57</sup>

Por outro lado, a manutenção do escravismo exige uma lucratividade mínima por parte dos proprietários, pois o próprio Schwartz ressalta que a posse de mão-de-obra escravizada não era praticada por homens livres pobres.<sup>58</sup> Maria Odila Dias, ao analisar a pobre cidade de São Paulo colonial, afirmou que o custo com a manutenção podia inviabilizar o escravismo entre os pequenos proprietários, para quem a própria alimentação dos escravos custava caro.<sup>59</sup>

No sub-capítulo anterior discutiu-se o padrão de posse de Viamão de forma abrangente. Nesta parte do trabalho se analisará as ocupações às quais os chefes de fogo se dedicavam e com qual a mão-de-obra eles contavam. Para essa investigação se combinaram duas fontes: os *Róis de confessados* e *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*.

---

56 KÜHN, Fábio. **Op. cit.**, 2006, p. 111 e 130.

57 KÜHN, Fábio. **Op. cit.**, 2006, p. 31.

58 SCHWARTZ, Stuart. **Op. cit.**, p. 85.

59 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. [1984] São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p144.

A Relação de moradores é um arrolamento agrário ordenado pelo vice-rei e executado por capitães locais no ano de 1784, que almejava conhecer a situação do uso da terra e o montante de animais nela criados. Helen Osório usou essa fonte em seu trabalho e concluiu que os lavradores eram numericamente muito mais expressivos do que os criadores de gado com exceção de algumas freguesias de fronteira.<sup>60</sup>

Nessa fonte constam informações sobre o produtor rural, tipo de acesso à terra, antigos possuidores, benfeitorias e extensão, além da localização e os animais possuídos pelos arrolados. Não são mencionadas informações sobre a família e sobre os escravos dos produtores rurais.

As atividades produtivas as quais se dedicavam os arrolados na Relação de moradores podem, na maioria dos casos, ser percebidas pela ocupação declarada e, indiretamente, pela composição e tamanho dos rebanhos. Em seu estudo referente a toda a capitania de São Pedro, Osório estabelece quatro categorias básicas de atividades produtivas: *criador, lavrador, mais lavoura do que criação e criador e lavrador*.<sup>61</sup>

A Relação de moradores é uma fonte que possui uma grande heterogeneidade no que se refere a qualidade da descrição dos produtores de cada localidade. A disparidade de informações se deve ao fato de que o arrolamento de cada localidade ficou sobre a responsabilidade de um capitão local diferente. Viamão e Lombas, um distrito daquela freguesia, têm uma descrição pouco organizada das ocupações<sup>62</sup> dos indivíduos. Por esse motivo foi necessário classificar os arrolados de uma forma diferente do que a proposta por Osório.

Em Viamão e Lombas a ocupação era, na maior parte das vezes, designada com uma variante de *vive de suas lavouras e criações*. Todos os indivíduos criavam animais, mesmo o lavrador com a menor criação tinha oito reses. Osório considera que aqueles que possuíam menos de cem reses dificilmente poderiam ser considerados criadores nos parâmetros regionais.<sup>63</sup> Por esse motivo, todos os que tinham até cem reses foram classificados como lavradores neste trabalho e aqueles que possuíam um número

---

<sup>60</sup> OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 82-3.

<sup>61</sup> OSÓRIO, Helen. **Op. cit.**, p. 81.

<sup>62</sup> Tratar das ocupações no Antigo Regime implica em uma mínima discussão teórica. Marcílio considera que esse é um campo complexo, pois um mesmo indivíduo pode apresentar diversas ocupações sobrepostas. Entretanto, a autora considera válida a eleição por parte do pesquisador de uma ocupação para os indivíduos analisados, desde que com critérios. Outra questão é o fato de que nas listas nominativas apenas o chefe de fogo tem a ocupação descrita. A autora argumenta que a ocupação do chefe de fogo pode ser compreendida como um índice da ocupação do restante dos indivíduos que compõe o domicílio. Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Op. cit.**, p. 48.

<sup>63</sup> OSÓRIO, Helen. **Op. cit.**, p. 84-5.

superior a cem reses foram chamados de produtores mistos.<sup>64</sup> Apenas aqueles que possuíam mais de cem reses e que a fonte não indicava a atividade de lavrador foram considerados criadores. Foram encontrados 136 produtores em Viamão e Lombas, nos quais se aplicaram esses critérios.

**Quadro 10: Ocupação dos possuidores de terras  
(Viamão – 1784)**

Ocupação	Número de casos
Criador	11
Produtor misto	17
Lavrador	104
Não identificado	4

Fonte: AHRS, Códice F 1198A e B: Relações de Moradores de Viamão e Lombas, 1784.

Osório soma à análise da Relação de moradores uma considerável pesquisa de inventários *post mortem*, com os quais obtém dados referentes aos escravos possuídos pelos lavradores e criadores. Nesta pesquisa não se trabalhou com inventários, mas com os Róis de confessados, uma fonte socialmente bem mais abrangente.

A autora ressalta o papel da mão-de-obra cativa na pecuária, contrapondo-se às interpretações de Décio Freitas, Mario Maestri Filho, Celso Furtado, Caio Prado Junior e Fernando Henrique Cardoso.<sup>65</sup> Também encontra escravos nos inventários dos lavradores, porém considera que a mão-de-obra cativa era para os lavradores apenas complementar. Os lavradores poderiam ser considerados como camponeses, afinal ao menos no início contavam predominantemente com a mão-de-obra familiar. Além disso, a fonte trabalhada pela autora eram os inventários, sabidamente uma fonte restrita aos setores mais ricos da população<sup>66</sup>, e por esse motivo a autora supõe que o número de escravos entre os lavradores estaria super-estimado.<sup>67</sup>

Entre os 136 possuidores de terras localizados em Viamão e Lombas, 82 deles foram identificados nominalmente nos Róis de confessados entre 1776 e 1782. Essa foi uma busca bastante difícil, na qual a composição de muitos nomes era ambígua e podia

<sup>64</sup> Preferiu-se utilizar a categoria de produtores mistos ao invés da categoria utilizada por Osório de criadores e lavradores, visto que em Viamão esses produtores não especializados não possuem rebanhos de gado *vacum* maiores do que o daqueles dedicados exclusivamente à criação de animais.

<sup>65</sup> OSÓRIO, Helen. **Op. cit.**, p. 148-9 e 156-7.

<sup>66</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Las ‘estancias’ en la campana de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815).” In: Fradkin, Raúl O. (org.). **La historia agraria del Rio de la Plata colonial**. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993; FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.**, p. 294.

<sup>67</sup> OSÓRIO, Helen. **Op. cit.**, p. 86.



ser referente a dois sujeitos distintos. O artigo publicado por Nuno Monteiro sobre as regras e costumes no uso dos nomes e sobrenomes em Portugal, Espanha e Brasil foi de fundamental importância na localização de indivíduos de uma fonte em outra.<sup>68</sup>

Os 82 produtores rurais localizados nos Róis de confessados estão dispersos nos sete anos, sendo que quanto mais antiga a data, menos chefes de fogo são encontrados. Por esse motivo escolheu-se trabalhar apenas com os róis dos últimos anos (1780 – 1782).

Quanto à composição das famílias, observa-se no quadro 11 que o número médio de filhos maiores de sete anos ficou em todas as categorias e anos muito próximo a dois, com exceção dos criadores em 1781. O número de familiares (que inclui o próprio chefe de fogo, o cônjuge e os filhos) também permaneceu estável em quatro pessoas nas três categorias. A presença de cativos, porém, marca a diferença entre criadores, produtores mistos e lavradores, que possuíam aproximadamente 14, 5 e 2 escravos respectivamente. Há em torno de 3 agregados entre os criadores (com exceção de 1781, no qual há apenas dois criadores), 1 entre os mistos e 0,3 entre os lavradores. Fica evidente a maior capacidade de compra (escravos) e atração (agregados) de mão-de-obra por parte dos criadores em contraponto às outras duas categorias.

**Quadro 11: Composição dos fogos conforme a ocupação (Viamão – 1780 a 1782)**

Ano	Ocupação	Chefes de fogo	Filhos	Familiares	Escravos	Agregados
1780	Criador	<b>3</b>	2,3	4,3	13,7	3,0
	Misto	<b>9</b>	2,2	3,9	5,1	1,1
	Lavrador	<b>44</b>	1,8	4,2	2,3	0,2
1781	Criador	<b>2</b>	4,0	6,0	14,0	0,0
	Misto	<b>13</b>	1,8	4,0	5,2	1,3
	Lavrador	<b>43</b>	2,1	4,1	2,4	0,3
1782	Criador	<b>4</b>	2,0	4,5	13,0	3,0
	Misto	<b>13</b>	2,1	4,1	5,2	0,9
	Lavrador	<b>41</b>	2,2	4,2	2,2	0,4

Fonte: AHCMIPA, Róis de Confessados de Viamão 1780 a 1782; AHRS, Códice F 1198A e B: Relações de Moradores de Viamão e Lombas, 1784.

<sup>68</sup>As duas principais questões levantadas pelo autor e que se verificaram na localidade de Viamão são a ausência de regras fixas na transmissão do sobrenome de pais para filhos e uma semelhança ao modelo hispânico quanto à ordem dos sobrenomes, ou seja, o primeiro sobrenome tende a ser o mais estável e importante. Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Os nomes de família em Portugal**: uma breve perspectiva histórica. Etnográfica, Maio de 2008, 12 (1), 45-58.

A investigação da composição dos domicílios em que os chefes eram produtores rurais ainda precisa se deter no percentual da presença de cada uma das categorias acima discutidas. Dessa forma, procurou-se matizar as médias com a abrangência. Como se observa no quadro 12, o cativo de pessoas era o fenômeno mais comum nos fogos analisados, seguido da presença de filhos e agregação de outros indivíduos livres, o mais incomum.

**Quadro 12: Presença (%) de filhos, escravos e agregados nos fogos conforme a ocupação (Viamão – 1780 a 1782)**

ano	ocupação	filhos	escravos	agregados
1780	criador	67	100	33
	misto	78	100	44
	lavrador	66	77	14
1781	criador	100	100	0
	misto	54	100	46
	lavrador	72	81	16
1782	criador	50	100	100
	misto	54	100	46
	lavrador	71	78	22

Fonte: AHCMPA, Róis de Confessados de Viamão 1780 a 1782; AHRs, Códice F 1198A e B: Relações de Moradores de Viamão e Lombas, 1784.

Os produtores mistos que abrigavam ao menos um agregado superavam em mais de duas vezes, percentualmente, os lavradores. O percentual de criadores que tinham agregados variou demasiadamente para formar qualquer tendência, isso se deve ao pequeno número da amostra; 3, 2 e 4 indivíduos nos anos de 1780, 1781 e 1782, respectivamente.

Parece não haver diferença entre as três categorias ocupacionais referente no tocante à presença de filhos, sendo o contrário no referente aos escravos. Todos os criadores e produtores mistos contavam com ao menos um escravo e mesmo entre os lavradores é elevado o percentual de proprietários de escravos, pois apenas um quinto dos lavradores não possui cativos. Porém a moda entre os lavradores sempre foi igual a 1 durante esses três anos.

Uma definição de camponês reconhecida é a elaborada por Ciro Cardoso, que dialoga com vários autores historiadores, antropólogos e sociólogos. Cardoso considera camponês aquele produtor rural que está subordinado à classe dominante, mas que busca mecanismos para manter-se autônomo. O acesso estável à terra, o trabalho predominantemente familiar, a produção de subsistência e a autonomia na gestão da

produção são os quatro pontos fundamentais da argumentação do autor, pois são fundamentais a manutenção dessa autonomia relativa.<sup>69</sup>

Indiscutivelmente, a mão-de-obra predominante usada pelo camponês é familiar. Porém, seria possível uma complementação feita por escravos?

Márcia Motta responde negativamente a essa questão, pois para a autora é um ponto nodal ao conceito de camponês a não utilização de mão-de-obra cativa.<sup>70</sup> Porém, Hebe Mattos argumenta que a família camponesa no auge de produtividade teria capital suficiente para comprar inclusive um ou dois escravos, sem deixar de usar a mão-de-obra familiar de forma predominante. Mattos considera que só deixam de ser camponeses para tornar-se pequenos produtores escravistas aqueles que conseguem comprar um número maior de cativos, em que a reposição da mão-de-obra escrava torna-se possível e, em decorrência disso, pode substituir a família como núcleo trabalhador.<sup>71</sup>

A situação descrita por Mattos parece ser a observada em Viamão, em que os lavradores tinham em média dois escravos, podendo ser compreendidos como camponeses, já que suas famílias contavam com em torno de quatro pessoas. Também se observa o caso de lavradores que podem ser considerados como pequenos produtores escravistas, que no limite tinham 11 escravos, como por exemplo, Amaro Vieira em 1778 ou, para ficar dentro do período entre 1780 e 1782, Francisco Gularte, que possuía 9 cativos.

A hipótese de que os lavradores contavam com uma complementaridade de mão-de-obra cativa lançada por Osório para a capitania de São Pedro é, ao menos para o caso da freguesia de Viamão, confirmada a partir de uma investigação em uma fonte socialmente mais abrangente. Concorde-se que os lavradores podem ser compreendidos, em sua maioria, como camponeses. Ao menos, no referente ao tipo de mão-de-obra, pois dependem predominantemente dos braços familiares com uma complementação não desprezível, porém um pouco menor, de braços escravos.

---

<sup>69</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?** O protocamponato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasilense, 1987, p. 56-8.

<sup>70</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História Social da Agricultura Revisitada: um diálogo com Maria Yedda Leite Linhares”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 356-7.

<sup>71</sup> MATTOS, Hebe Maria. “Camponato e Escravidão”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p.338-9.

## Considerações finais

No trajeto desta pesquisa pode-se observar que o padrão demográfico da localidade de Viamão para a população livre difere da cativa em relação à distribuição etária e razão de masculinidade. Quanto à estrutura de posse, confirmou-se a grande abrangência – entre 60 e 70% dos domicílios eram escravistas – e o diminuto tamanho das posses – pois a média de escravos por proprietário oscilou entre 3,1 e 3,8 – de Viamão.

Todos os cálculos desenvolvidos nesta pesquisa se referem a uma população pequena e, por esse motivo, podem expressar algum tipo de distorção. Entretanto, o confronto com resultados de outros autores permitiu validar os resultados. A discussão dos métodos seguidos e das limitações das fontes foram explicitados com o intuito de não fetichizar os números apresentados. Dessa forma, acredita-se que as comparações com outros estudos, nem sempre guiados pelas mesmas escolhas, pode ser proveitosa.

No primeiro capítulo foram discutidas as questões básicas da demografia e alguns indicadores sociais e saúde. Foi estipulado, dentro da limitação das fontes e separando livres e cativos, o tamanho, o crescimento vegetativo, a migração e a pirâmide etária da população viamonense.

Entre 1776 e 1780 a população viamonense teve um crescimento regular e nos dois anos seguintes uma pequena retração. A razão entre livres e escravos manteve-se relativamente idêntica. Os escravos estiveram sempre entre 39% e 41% da população total. O decréscimo populacional não é entendido como incorreção da fonte, mas como um acontecimento real. A hipótese levantada é de que o fim da guerra causou uma reorganização da população da capitania que em Viamão representou em uma pequena emigração. Estipula-se que a diminuição de fogos signifique uma emigração de famílias, com escravos e dependentes.

O crescimento vegetativo da população livre sempre foi positivo no período estudado. A média anual desse indicador ficou em torno de 30, sendo que ele esboçou uma tendência crescente ao longo dos anos. Portanto, a diminuição do tamanho da população livre a partir de 1780 não se deve ao ritmo de natalidade e mortalidade.

Não foi possível discutir o crescimento natural dos escravos, por motivo da fonte apresentar lacunas. No entanto, foi possível construir a taxa de mortalidade da população cativa, que era semelhante a dos livres. Os libertos, além das questões

relativas às fontes, constituíam um grupo social pequeno em Viamão e por isso os cálculos relativos a eles ficaram menos precisos.

Os róis de confessados de Viamão não mencionam a origem dos escravos, porém a partir da pirâmide etária construída e da comparação com os estudos de Luna e Klein, foi possível supor que em Viamão a população cativa era equilibrada no que diz respeito às origens brasileira e africana.

Os indicadores sociais e de saúde, ente os quais se destacou o indicador de Swaroop-Uemura, mostraram clara diferença entre livres e escravos e entre homens e mulheres. A partir desses resultados se criticou as posições de Mattoso, que enfatizou as condições de higiene precárias dos escravos para explicar a baixa expectativa de vida desses. Em resposta ao argumento de que o clima americano era terrível aos africanos, distribuíram-se os óbitos de livres e escravos ao longo dos meses sem encontrar grandes diferenças entre os dois grupos, ou seja, nem no verão nem no inverno havia um padrão diferenciado de mortes entre livres e escravos.

No primeiro capítulo mediram-se as condições de adaptação dos viamonenses ao meio. Entretanto, está entre as limitações do estudo a análise dos projetos sociais dessa população. Sabe-se que a natalidade e fecundidade de um grupo social não é só determinada por condições externas aos sujeitos, mas também pelos planos – mesmo que precários – que os sujeitos traçaram. Não foram, por esse motivo, comparados os dados obtidos entre cativos e livres de outros lugares, nem se estipula valorativamente grande parte dos dados.

No segundo capítulo se debateram as questões referentes à posse de escravos em Viamão – uma questão ao mesmo tempo social e econômica da região – que descreve as características dos proprietários de escravos e dos próprios cativos.

O número médio de cativos por proprietário e o índice de Gini são variáveis inter-relacionadas. Os valores que a freguesia de Viamão apresentou condizem com a atividade produtiva da mesma, ou seja, o escravismo em Viamão não é excepcional para os padrões da Colônia mas, ao contrário, insere-se dentro da lógica do sistema escravista brasileiro como mais uma localidade agro-pastoril voltada para o mercado interno com uma expressiva presença de mão-de-obra escravizada.

Buscou-se não apenas descrever a posse de escravos geral da localidade, mas investigar a distribuição entre lavradores e criadores. Primeiramente, reafirmou-se a tese de Osório que considera que a atividade produtiva de lavradores e criadores é

semelhante, pois os indivíduos de ambos os grupos fazem lavouras e criam animais em sua maioria.

Discutiu-se sobre as possibilidades teóricas e empíricas de um campesinato escravista. Concordou-se com as linhas de Osório e Mattos, autoras que defendem que a situação de pequeno escravista não é excludente ao conceito de camponês.

Osório lançara a hipótese de que os lavradores contavam predominantemente com a mão-de-obra familiar e com uma complementaridade da cativa, ao menos de forma geral na capitania de São Pedro e nos primeiros momentos. O estudo exclusivo de Viamão utilizando uma fonte socialmente mais abrangente, os *Róis de confessados*, confirma essa hipótese. Com esses resultados se defende que os lavradores podem ser compreendidos, em sua maioria, como camponeses.

Ressaltou-se neste trabalho o dinamismo das estruturas demográficas e de posse de escravos na localidade de Viamão. No curto período de tempo investigado, a economia viamonense manteve uma forte importância agro-pastoril, na qual a mão-de-obra escrava não era privilégio apenas dos mais ricos ou dos criadores de gado. O crescimento natural da população livre manteve-se, mesmo com uma pequena emigração e com a perda de prestígio sóciopolítico da localidade, mostrando que as mudanças estruturais de uma população demoram a verificar-se.

## Fontes

**AHCMPA** (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão

- Livro 1 de Óbitos (1748 – 1777, livres e escravos);
- Livro 2 de Óbitos (1776 – 1800, livres e 1776 – 1817, escravos);
- Livro 3 de Batismos (1769 – 1782, livres);
- Livro 4 de Batismos (1782 – 1799, livres e 1784 – 1810, escravos);
- Róis de Confessados (1776 – 1782).

**AHRS** (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Relações de Moradores, Códice F 1198 A e B:

- Viamão, 1784;
- Lombas, 1784.

## Bibliografia

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Niterói: 2008 (Dissertação de mestrado, PPGH/UFF).

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. São Paulo, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v.22 n.2 jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a09.pdf>> Acessado em 1 de julho de 2008, 23h.

CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/7”. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 26 (4): p.95-123, OUT/DEZ, 1972.

\_\_\_\_\_. “A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818”. **Estudos Econômicos**, São Paulo. V.2, nº6, p. 77-129, DEZ, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasileira, 1987.

CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya e RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo, ABEP: 1994.

COSTA, Iraci del Nero da. “Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.11, nº3, p.151-157, DEZ, 1981.

COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W., SCHWARTZ, Stuart B.. “A família escrava em Lorena (1801)”. **Estudos Econômicos**, 17(2): p.245-295 MAIO/AGO. 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. [1984] São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. “Sinhás Pretas: Acumulação de Pecúlio e Transmissão de Bens de Mulheres Forras no Sudeste Escravista (sécs. XVIII e XIX)”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Epidemiologia geral**. São Paulo, EDUSP e Ed. Edgard Blücher: 1976.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Las ‘estancias’ en la campana de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815).” In: Fradkin, Raúl O.. (org.). **La historia agraria del Rio de la Plata colonial**. Los establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado/UFRGS, 2005.

GOMES, Luciano Costa. “Estrutura etária e de gênero da população cativa e estrutura de posse de escravos em Porto Alegre, a partir do rol de confessados de 1782”. In: MOSTRA de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Anais: produzindo história a partir de fontes primárias/7**. Porto Alegre: CORAG, 2009.

GUEDES, Roberto. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)” in FRAGOSO, Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (organizadores). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAURENTI, Ruy, MELLO JORGE, Maria Helena Prado de, LEBRÃO, Maria Lúcia, GOTLIEB, Sabina Lea Davidson. **Estatísticas de saúde**. São Paulo, EPU: 1987.



LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores** – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718 – 1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.13, nº1, p. 211-222, JAN/ABR, 1983.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S.. Escravos e senhores no Brasil no início do XIX: São Paulo em 1829. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.20, nº3, p.349-379, SET/DEZ, 1990.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. “Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII.” In: Grijó, Luiz Alberto et al. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 47-74.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAESTRI, Mario. **O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.13, nº1, p.181-209, JAN/ABR, 1983.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

\_\_\_\_\_. “Campeinato e Escravidão”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

METCALF, Alida C.. “Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil”. **Estudos Econômicos**, 13(nº especial): p.771-785, 1983.

\_\_\_\_\_. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no Dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”. **Estudos Econômicos**, 17(2): 229-243, MAIO/AGO, 1987.

\_\_\_\_\_. “A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.20, nº2, p.283-304, MAI/AGO, 1990.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Os nomes de família em Portugal**: uma breve perspectiva histórica. *Etnográfica*, Maio de 2008, 12 (1), 45-58.

MOTTA, José Flávio. **A demografia histórica no Brasil**: contribuições à historiografia. [1995, pp36], p29-30. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/r12/motta.doc](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/motta.doc)> Acessado em 24 de junho 2009, 20h.

\_\_\_\_\_. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 - 1829). São Paulo: FAPESP e Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História Social da Agricultura Revisitada: um diálogo com Maria Yedda Leite Linhares”. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

NADALIN, Sergio Odilon. “A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate.” **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol14\\_n1e2\\_1997/vol14\\_n1e2\\_1997\\_8dossiedemoghist\\_145\\_149.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol14_n1e2_1997/vol14_n1e2_1997_8dossiedemoghist_145_149.pdf)> Acessado em 23 de junho de 2009, 16h.

NOZOE, Nelson, COSTA, Iraci del Nero da. “Acheegas para a qualificação das Listas Nominativas”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.21, nº2, p.271-284, MAIO/AGO. 1991.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAIVA, Clotilde Andrade, LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.25, nº2, p.203-233, MAIO/AGO, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. “Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)”. **Estudos Econômicos**, 11(3): p.159-168 DEZ. 1981.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. [1985] São Paulo, Cia das Letras: 1988. p.368

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Família e Relações intergeracionais**: Limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil:** na época de Dona Maria I e Don João VI. 2ª Edição, Lisboa: Estampa, 1993. pp359.

\_\_\_\_\_. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: T. A. Queiroz editor e Edusp, 1984.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia.** Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. Rio de Janeiro: 2008 (Dissertação de mestrado – PPGHIS/UFRJ)

SLENES, Robert W.. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.18, nº3, p.449-495, SET/DEZ, 1988.

\_\_\_\_\_. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. “Os escravos e a morte: uma sondagem nos registros paroquiais de óbitos de Minas Gerais colonial”. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a175.pdf>> Acessado em 10 de dezembro de 2009, 14h.

WESSA, P. (2009). **Free Statistics Software, Office for Research Development and Education**, version 1.1.23-r4; URL <http://www.wessa.net/>